



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM FILOSOFIA**

FRANKLIN SILVA PONTES

**A LINGUAGEM QUE AFIGURA E CERCEIA O MUNDO: O CONCEITO DE
LINGUAGEM NO *TRACTATUS LOGICO-PHILOSOPHICUS* DE LUDWIG
WITTGENSTEIN**

**CAMPINA GRANDE
2017.2**

FRANKLIN SILVA PONTES

**A LINGUAGEM QUE AFIGURA E CERCEIA O MUNDO: O CONCEITO DE
LINGUAGEM NO *TRACTATUS LOGICO-PHILOSOPHICUS* DE LUDWIG
WITTGENSTEIN**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Filosofia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em Filosofia.

Área de concentração: Filosofia da Linguagem.

Orientador: Prof. Dr. José Nilton Conserva de Arruda.

**CAMPINA GRANDE
2017.2**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

P813I Pontes, Franklin Silva.

A linguagem que afigura e cerceia o mundo [manuscrito] : o conceito de linguagem no *Tractatus logico-philosophicus* de Ludwig Wittgenstein / Franklin Silva Pontes. - 2018.

80 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Filosofia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2018.

"Orientação : Prof. Dr. José Nilton Conserva de Arruda, Coordenação do Curso de Filosofia - CEDUC."

1. Filosofia da linguagem. 2. Teoria da linguagem. 3. Concepção de linguagem.

21. ed. CDD 410

FRANKLIN SILVA PONTES

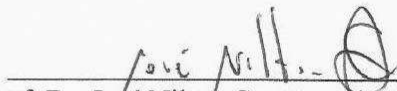
A LINGUAGEM QUE AFIGURA E CERCEIA O MUNDO: O CONCEITO DE
LINGUAGEM NO *TRACTATUS LOGICO-PHILOSOPHICUS* DE LUDWIG
WITTGENSTEIN

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Graduação em Filosofia da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
licenciado em Filosofia.

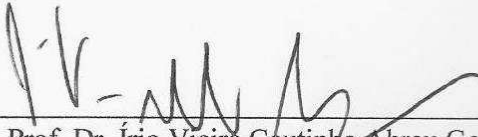
Área de concentração: Filosofia da Linguagem.

Aprovada em: 12/06/2018.

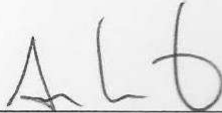
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. José Nilton Conserva de Arruda (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Írio Vieira Coutinho Abreu Gomes
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. José Arlindo de Aguiar Filho
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico este trabalho a todos os que mudaram o mundo
sem que este os visse.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe, Marinalva Silva Pontes, que me fez conviver com a perseverança e a sinceridade;

Ao meu pai, Fernando Moreira Pontes, que me fez conviver com a criatividade e a coragem;

Ao meu irmão mais próximo, Wesley Silva Pontes, que mais de uma vez me serviu de exemplo;

Aos meus familiares mais imediatos, que sempre me proporcionam um ambiente de calma propícia aos estudos;

A todos os professores e todas as professoras que tive durante o curso, que me inspiram a trilhar um caminho extenso demais para minhas fracas pernas;

Ao professor José Nilton Conserva de Arruda, que (duas vezes) aceitou me orientar e que me fez ver que o mundo da lógica pode ser divertido;

E, por fim (mas com não menos sinceridade e carinho), aos meus diversos colegas de classe, que desde 2014 têm sido pacientes comigo e dado preciosos conselhos e elogios.

Agradeço a todos por tudo.

“Toda palavra é como uma mácula
desnecessária no silêncio e no nada.”

Samuel Beckett

RESUMO

O presente trabalho pretende mostrar a concepção de linguagem que Ludwig Wittgenstein (1889-1951) apresentou em seu livro *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921). Buscamos apresentar de que maneira essa concepção está estruturada, quais os seus componentes, seus pressupostos, seu alcance e, em certa medida, suas consequências. Para tal pesquisa teórica, fizemos uma análise bibliográfica. Se podemos delimitar algo como nosso resultado mais significativo, talvez seja o fato de que, nesse trabalho, observamos como a concepção de linguagem defendida por Wittgenstein produz consequências extremamente radicais. A radicalidade do *Tractatus* pode ser resumida em um único enunciado: o número das coisas sobre as quais não podemos dizer nada é maior do que havíamos pensado.

Palavras-Chave: Linguagem; Figuras; Indizível.

ABSTRACT

The present work aims to show the conception of language that Ludwig Wittgenstein (1889-1951) presented in his book *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921). We wanted to show how this conception is structured, which are his components, his assumptions, his range and, in a certain way, his consequences. To such theoretical research, we did a bibliographic analysis. If we can delimitate something as our most significant result, maybe it is the fact that, in this work, we observed how the conception of language defended by Wittgenstein makes extremely radical consequences. The *Tractatus's* radicality can be resumed in one sentence: the number of things about which we can't say nothing is bigger than we had imagined.

Keywords: Language; Pictures; Unspeakable.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	CAPÍTULO I: A FILOSOFIA COMO CRÍTICA DA LINGUAGEM.....	11
2.1	A filosofia nas trincheiras e na academia	11
2.2	O refinamento lógico da tradição moderna.....	13
2.3	O diálogo com as obras de Frege e de Russell.....	15
2.4	A forma lógica da proposição aristotélica: sujeito e predicado.....	15
2.5	A forma lógica da proposição fregeana: argumento e função.....	18
2.6	Russell: analisar a linguagem é analisar o mundo.....	20
3	CAPÍTULO II: A LINGUAGEM QUE AFIGURA O MUNDO.....	23
3.1	Figuratividade e verifuncionalidade.....	24
3.2	Teoria pictórica da linguagem.....	25
3.3	Formas lógicas.....	28
3.4	Teorias do sentido e a concepção de verdade.....	30
3.4.1	Nomes e objetos.....	30
3.4.2	Teoria vericondicional.....	34
3.5	Três consequências da teoria vericondicional.....	38
3.5.1	A proposição como função de verdade.....	39
3.5.2	Tipos de proposições: pela verifuncionalidade e pela figuratividade.....	42
3.6	Os limites da linguagem significativa.....	47
4	CAPÍTULO III: A LINGUAGEM QUE CERCEIA O MUNDO.....	51
4.1	Ciência.....	51
4.2	Ética.....	58
4.3	Metafísica e sujeito.....	61
4.4	Ontologia.....	66
4.5	Filosofia e o <i>Tractatus</i>	69
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
	REFERÊNCIAS	78

1 INTRODUÇÃO

A presente monografia pretende mostrar, ainda que não exaustivamente, o que o filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein (1889-1951) concebeu através de seu conceito de linguagem, explicitamente em sua obra inicial, intitulada *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921). Tanto a obra quanto o filósofo são de extrema importância na filosofia contemporânea, pois são fundamentais para a compreensão da importância dada à linguagem em certas correntes filosóficas ainda hoje vigentes. Por mais que o *Tractatus* tenha sido criticado a exaustão desde seu nascimento, é sem dúvida uma obra ímpar na história da filosofia, seja avaliando o que diz e o que propõe, seja observando suas consequências no pensamento do século XX.

Com efeito, ao focarmos a linguagem na obra aqui analisada, cremos ver dois modos de concebê-la: como *fim* e como *meio*. O próprio Wittgenstein não explicita isso. Todavia, consideramos ser esse um modo possível de abordagem do *Tractatus*, obra esta tão interessante – sendo um conjunto de mais de 500 aforismos que se inter-relacionam logicamente – quanto hermética em certos momentos. Afirmamos, pois, que em sua obra inicial, Wittgenstein lida com a linguagem como fim, isto é, tentando entender e explicar como ela funciona, e como poderá funcionar graças a certas modificações que potencializarão suas capacidades de expressão. É nesse sentido, cremos, que Wittgenstein apresenta a sua concepção de linguagem *figurativa*. Por outro lado, tendo concebido e exposto o que seria essa linguagem figurativa, ele, em momentos diferentes do *Tractatus*, mostra-nos o que ela, ao mesmo tempo, possibilita e interdita. Por isso, concebendo a linguagem como um *meio*, vemos até onde podemos chegar através dessa linguagem figurativa, que se propõe como a mais significativa de todas. Em outras palavras, a linguagem figurativa vista como meio nos explicita quais seriam as consequências dela.

Por tal foco, dedicamos o Capítulo II à linguagem como *fim*, o Capítulo III à linguagem como *meio*, e, no Capítulo I, tentamos mostrar os posicionamentos que causaram efeito em Wittgenstein na época em que escreveu o *Tractatus Logico-Philosophicus*. No Capítulo I, apresentamos de início alguns acontecimentos marcantes da vida de Wittgenstein, acentuando os que rodearam o surgimento do *Tractatus*. Em seguida, procuramos mostrar como Wittgenstein pretendeu responder, por meio da lógica, a questão crítica dos limites do nosso conhecimento legítimo. Procurou-se também apresentar algumas ideias de Frege e de Russell que influenciaram o filósofo estudado no presente trabalho. Para tal, resumimos

alguns aspectos essenciais da lógica de Aristóteles, principalmente a forma proposicional sujeito-predicado e suas consequências ontológicas. Em seguida, a lógica de Frege é rapidamente mostrada como um afastamento da lógica aristotélica, especificamente em relação àquela forma proposicional. Por último, trouxemos à tona algumas contribuições de Russell à filosofia do *Tractatus*, em especial o Atomismo Lógico e a distinção entre forma gramatical e forma lógica, distinção essa de profunda importância para a concepção de linguagem de Wittgenstein.

No Capítulo II, apresentamos uma análise atenciosa dos diversos elementos que compõem a concepção de linguagem apresentada no *Tractatus*. Com efeito, buscamos: (a) mostrar de que maneira tal concepção possui duas faces, bem como quais e como são; (b) explicar como e por que uma proposição elementar pode ser considerada uma imagem do mundo; (c) mostrar o que são as formas lógicas, que igualam proposição e fato; (d) apresentar como se relacionam os nomes e os objetos nomeados, bem como o que produz o sentido de uma proposição; (e) e mostrar que, e explicar como, existem três tipos de proposições de acordo com suas relações com o sentido, logo antes de desenharmos como estes três se relacionam com outros três tipos de proposições, estes se diferenciando de acordo com suas relações com seus valores de verdade possíveis. Arrematamos este Capítulo com uma recapitulação dos objetivos de Wittgenstein para com a linguagem, trazendo à tona os limites rígidos da linguagem significativa, que levam à distinção wittgensteiniana entre dizer e mostrar.

No último Capítulo, tentamos explicar como esses limites rígidos produzem consequências em áreas extralinguísticas. Por isso tentamos mostrar como e por que: (a) a ciência (natural) é a única que pode produzir proposições significativas; (b) a ética é exilada (ou protegida) no domínio do silêncio; (c) a metafísica produz apenas proposições que nada dizem (portanto pseudoproposições); (d) o sujeito é tomado como ponto coordenador da linguagem e do mundo; (e) a ontologia afirma, por exemplo, que o mundo é a totalidade dos fatos, e não das coisas; (f) e a filosofia é deslocada de seu estatuto de doutrina ou teoria para o de atividade. Por fim, o último ponto a ser explicado é o lugar do próprio *Tractatus* dentro da (anti)filosofia que tal obra advoga.

Por sua peculiaridade, não é fácil enquadrar o *Tractatus* na história da filosofia. O que, afinal, o causou? O que pretendia Wittgenstein com ele? Por que ele tinha – como confessou – plena certeza de que sua obra inicial era a resposta para todas as perguntas filosóficas possíveis e, em certo sentido, demarcava o fim da própria filosofia? Para responder tais perguntas, recorreremos exclusivamente à revisão bibliográfica tanto do *Tractatus* quanto de

comentadores de tal obra, como pode ser visto nas Referências no fim da presente monografia.

2 CAPÍTULO I: A FILOSOFIA COMO CRÍTICA DA LINGUAGEM

2.1 A filosofia nas trincheiras e na academia

O *Tractatus Logico-Philosophicus*, publicado em 1921 por Ludwig Wittgenstein, pode ser identificado como uma obra que se põe, em certo sentido, entre as épocas moderna e contemporânea da filosofia. Pois, utilizando-se de um novo método filosófico, a crítica lógica da linguagem, que Gottlob Frege (1848-1925) e Bertrand Russell (1872-1970) haviam iniciado, Wittgenstein enfrenta uma problemática que ganhou vida e corpo durante a Idade Moderna, principalmente com Immanuel Kant (1724-1804): *o que se pode legitimamente pretender conhecer?* Ele, diferentemente dos modernos, não recorre à análise epistemológica para pretender responder tal pergunta, mas à análise lógica, analisando a própria linguagem e avaliando até onde essa pode ir de maneira significativa. É nesse sentido que o *Tractatus* procura responder à problemática moderna, ou à “tradição crítica”, por meio de uma tarefa lógica: delimitar o que se pode dizer e pensar significativamente – ou, como diz o próprio Wittgenstein, delimitar a “expressão dos pensamentos”. Portanto, é nesse viés – a inclusão de Wittgenstein na tradição lógica e na tradição crítica – que esse primeiro Capítulo procurará apresentar, de maneira breve, biograficamente o *Tractatus* e o próprio Wittgenstein.

Contudo, deve-se, de antemão, deixar claro que não se adentrará muito nas peculiaridades da vida do filósofo aqui estudado, nem mesmo em toda a sua extensão. Procurar-se-á, em suma, mostrar como o *Tractatus* chegou a ser criado e o que o motivou e possibilitou Wittgenstein a fazer isso.

A vida de Wittgenstein, sem dúvida, é por si só interessante por suas peculiaridades. Não é sempre, na história da filosofia (ou até mesmo na história em geral), que se ouve falar ou se lê a respeito de alguém que, tendo nascido numa família riquíssima e rodeada de figuras importantes de sua época, tenha recusado sua parcela da riqueza e preferido a reclusão quase que ascética. Embora a Primeira Guerra Mundial tenha atraído muitos jovens ansiosos da glória que, em tese, decorre de um confronto entre países a esse nível, é quase certo dizer que pouquíssimos deles dedicaram seus tempos de paz nas trincheiras a anotar seus pensamentos, ainda mais se estes eram filosóficos. Também não é sempre que algum filósofo tem tanta

certeza de sua capacidade como pensador a ponto de, após publicada sua primeira obra, abandonar a filosofia por considerar que todas as questões filosóficas possíveis foram resolvidas, de um modo ou de outro, por ele. E, entre outras coisas, nem todo filósofo chegou a ser tão radical em seu pensamento tardio e afirmou que sua filosofia inicial estava errada. Reunindo essas e outras situações incomuns numa única pessoa, num único rosto, vemos Ludwig Wittgenstein.

Nascido em 26 de abril de 1889, em Viena, numa família abastada economicamente graças a um império siderúrgico criado por seu pai, Karl, Ludwig Josef Johann Wittgenstein, o caçula, cresceu rodeado pela vanguarda artística vienense. Fora instruído em casa até os 14 anos de idade e tinha certo interesse com a música e trabalhos mecânicos. Dos sete irmãos que tinha, três se suicidaram em diferentes momentos e por diferentes motivos – e inclusive o próprio Ludwig confessara flertar com um pensamento suicida. Em 1903 Ludwig é mandado para estudar no colégio técnico de Linz. Três anos depois, após um rendimento medíocre, estuda engenharia mecânica na Escola Técnica Superior de Charlottenburg, e se forma em 1908. Após isso, foi para Manchester como estudante-pesquisador, voltando seu interesse à aeronáutica. Seu interesse por matemática pôs no seu caminho a obra *The Principles of Mathematics*, de Russell, e *Grundgesetze der Arithmetik*, de Frege. Esse foi o primeiro momento em que o interesse de Wittgenstein focou a filosofia, embora ainda não totalmente. Foi somente em 1912 que, tendo consultado Frege e Russell, e mantendo uma comunicação maior com este em Cambridge, ele se dedicou totalmente à filosofia.

Tendo se tornado pupilo de Russell, manteve uma relação próxima e conflituosa com este, de janeiro de 1912 até outubro de 1913, quando se isolou em Skjolden, Noruega. Em julho de 1914, voltou para Viena e pediu que Ludwig von Ficker distribuísse a quantia de 100.000 coroas que Wittgenstein lhe entregara a artistas necessitados – os sortudos foram Rainer Maria Rilke, Georg Trakl e Carl Dallago. Em 1919 e em 1926, distribuiu entre seus irmãos e irmãs as quantias que lhe eram devidas por conta das mortes de seu pai e de sua mãe.

Em 1914, alistou-se no exército austríaco. Nesse mesmo ano, acabou lendo o *Resumo dos Evangelhos* de Tolstoi. Entre 1914 e 1915, permaneceu em Cracóvia, ajudando nos consertos da artilharia, e em 1916 pediu para incorporar uma unidade de combate que enfrentaria os russos. Mostrando-se corajoso e habilidoso em certos momentos, tornou-se cabo e começou a ser treinado para ser oficial. Durante o inverno de 1917, Wittgenstein começa a escrever os manuscritos do que seria o *Tractatus Logico-Philosophicus* – nome sugerido por G. E. Moore – concluindo-os em meados do ano seguinte. No fim de 1918, esteve na frente italiana, onde acabou sendo capturado e mantido assim até 1919. De 1919 a

1920, estudou e se formou numa escola de formação de professores primários. Durante 1920, foi jardineiro num mosteiro. De 1920 a 1926, foi, em diferentes lugares, professor primário. Diz-se que fora um professor rude, e que, por outro lado, fora competente, mas o fato é que em 1926, após golpear uma criança, fazendo-a desmaiar, foi denunciado e teve que abandonar essa profissão. Nessa época, mantinha contato com Russell e com Moore, mas também com Keynes e Frank Ramsey, com quem debatia, em 1922, sobre o *Tractatus* (Cf. SCHMITZ, 2004, p. 21-30).

Após alguns problemas em sua publicação¹, o *Tractatus Logico-Philosophicus* foi publicado em alemão em 1921. Um ano depois, fora feita a primeira tradução para o inglês. Na verdade, tal obra, que era mais de 500 aforismos ao longo de menos de 100 páginas, foi uma adaptação de um diário (os *Tagebücher*) no qual Wittgenstein escrevera seus pensamentos.

Fazendo um brevíssimo resumo do resto de sua vida após o *Tractatus*, pode-se dizer que: em 1926 projeta e constrói uma casa com Paul Engelman. Em 1929, volta a Cambridge, inspirado por uma conferência do matemático L. Brouwer. O *Tractatus* foi considerado sua tese de doutorado. No mesmo ano, publica o artigo “Some Remarks on Logical Form”, o único texto publicado em vida além de sua primeira obra, e que já inicia seu processo de autocrítica filosófica. Em 1930, torna-se Fellow do Trinity College, em Cambridge. E, de 1933 até 1951, escreve livros e dá aulas, conferências e seminários em diversos temas (psicologia filosófica, filosofia da matemática, estética, etc.). De 1942 a 1943 ainda participa novamente na Guerra (Cf. MIGUENS, 2007, p. 121-125). E, em 1951, por conta de um câncer na próstata, Ludwig Wittgenstein morre. Tendo-se falado brevemente da vida de Wittgenstein, atentemos um pouco mais ao lugar do *Tractatus* historicamente e como nessa obra é possível ver o encontro das tradições crítica e lógica.

2.2 O refinamento lógico da tradição moderna

Na tradição crítica, busca-se responder à pergunta “o que se pode legitimamente pretender conhecer?” através de uma investigação da “natureza dos instrumentos” de conhecimento de que dispomos. No período moderno, tal tradição – principalmente com Kant e Hume – focou nas reivindicações epistemológicas da filosofia ladeada pelas ciências empíricas. Como diz SANTOS (2008, p. 14): “seria, em princípio, acessível aos instrumentos de que dispõem os sujeitos de conhecimento aquilo que à metafísica, por definição, cumpriria

¹ Ver MONK, Ray. La verdad impublicable. In: *El deber de um genio*. Tradução: Damián Alou. 2. ed. Barcelona: Editorial Anagrama, 1997, p. 169-188.

conhecer?”. Com efeito, se, conforme concluíram os dois filósofos, as **ciências empíricas** podem legitimamente se afirmar como fonte de conhecimento, a **metafísica** não o pode. Nesse veio, Wittgenstein pergunta-se: o conhecimento filosófico, afinal, é do mesmo tipo do científico? O conhecimento filosófico é legítimo? Afinal, há um conhecimento filosófico? Hume e Kant se baseiam no aparato cognitivo do sujeito para responder tais perguntas, traçando epistemologicamente os limites do conhecimento teórico possível (Cf. _____, 2008, p. 13-17). Wittgenstein, diferentemente, recorre à tradição lógica.

Na tradição lógica, pergunta-se qual é a “estrutura essencial do discurso sobre o ser”, isto é, um discurso enunciativo, composto de proposições. As questões filosóficas passam a ser vistas desse ponto de vista, isto é, visando a relação entre realidade e linguagem (ou a lógica interna a esta). Avalia-se proposições, as únicas frases passíveis das caracterizações *verdadeira e falsa*. Pressupondo-se, também, que **o pensamento é um tipo de linguagem**, então em tal tradição se analisa as possibilidades de representação do mundo, de sua estrutura essencial². Wittgenstein não faz, portanto, uma crítica epistemológica, mas uma crítica **lógica**: abandona-se as condições subjetivas das faculdades do sujeito que representa o mundo em nome de uma ocupação com as condições objetivas que permitem uma relação representacional entre proposição e aquilo que ela representa.

A tradição crítica, pois, passa a gravitar as possibilidades de representar e de pensar determinadas pela forma essencial duma proposição. Antecipando-se à epistemologia, a lógica procurará responder à questão crítica analisando a essência do discurso enunciativo. Dentro da tradição lógica, que busca analisar as possibilidades de discurso sobre o ser, têm-se, tradicionalmente, um conjunto de problemas em torno da natureza da proposição: em que consiste a conexão representativa entre uma proposição e a realidade? Que propriedades um símbolo deve possuir para manter com a realidade essa espécie de conexão? O que e como uma proposição significa? O que é, para uma proposição, dizer o que as coisas são ou não são? É, afinal, possível dizer o que as coisas são ou não são? Pode-se dizer o não ser? Dedicamo-nos um pouco nesse último ponto.

Pode-se dizer o não ser? Se só for possível dizer o ser, então a proposição só poderia ser verdadeira, nunca falsa. Pois, dizer o não ser seria não dizer nada. Mas, para ser ao menos um discurso falso, seria preciso dizer o que não é. Consequentemente, ou se diz o verdadeiro (numa proposição significativa) ou não se diz nada, não sendo, pois, sequer uma proposição. Nesse sentido, a proposição “A Imperatriz do Brasil morreu em 2017” não seria sequer uma

² 5.4711 “Especificar a essência da proposição significa especificar a essência de toda descrição e, portanto, a essência do mundo.”

proposição, uma vez não haver tal sujeito. Isso, porém, se choca com a bivalência das proposições (poder ser verdadeira ou falsa).

Essa problemática, que tem suas raízes no *Sofista*, de Platão, vemo-la em Frege, em Russell e em Wittgenstein, de 1905 a 1918. Os três concordam com o seguinte pressuposto: **relativamente à proposição, o sentido precede a verdade**. Para ser símbolo, um símbolo não precisa simbolizar nada. Para ter sentido, uma proposição deve estar constituída de símbolos que *podem* se entrelaçar numa relação, como “avião” e “voar” em “O avião voou”. O mesmo não acontece com “A lua sorriu para o vento pesado que subia a planície”, pois tais palavras não podem se entrelaçar desse modo. A avaliação da verdade da proposição somente ocorre quando nós saímos da linguagem e nos direcionamos ao nível da realidade, averiguando se o que foi dito é o caso.

2.3 O diálogo com as obras de Frege e de Russell

Nas linhas que se seguem antes do fim desse primeiro Capítulo, pretendemos mostrar brevemente algumas influências que os pensamentos de Frege e de Russell tiveram na criação do *Tractatus* – embora, ao longo do trabalho, essas influências sejam novamente lembradas rapidamente. Todavia, ao delimitar esses dois filósofos como influências do pensamento de Wittgenstein, não estamos afirmando que sejam os únicos. De fato, sabe-se que Wittgenstein também fora influenciado por Kant, Schopenhauer, Tolstoi e Kierkegaard³. Como, entretanto, nosso foco no presente trabalho não necessariamente se volta às inúmeras influências que levaram Wittgenstein a escrever o *Tractatus*, apresentaremos apenas aquilo que, em certo sentido, veio de Frege e de Russell e que pode ser, realmente, visto na obra do vienense. Tendo sido feito esse esclarecimento, pelo qual se diz que as influências de Frege e de Russell não foram as únicas, passemos a elas.

A noção antipsicologista de Frege, pela qual nada senão as condições de verdade de uma proposição constitui seu sentido, influenciou Wittgenstein, fazendo-o se manter na doutrina lógica – em distanciamento da doutrina epistemológica – da proposição. Na doutrina lógica, visa-se na proposição unicamente aquilo que a torna verdadeira ou falsa, a saber, seus aspectos representativos (Cf. _____, 2008, p. 17-25). Desse modo, Wittgenstein pode evitar adentrar nas discussões epistemológicas ou psicologistas sobre a compreensão do sentido de uma proposição, tão comuns na filosofia moderna. Graças à possibilidade de recusar a dimensão psicológica do sentido de uma proposição, ele pode se manter estritamente na

³ Ver JANIK, Allan; TOULMIN, Stephen. **La Viena de Wittgenstein**. Tradução: Ignacio Gómez de Liaño. Madrid: Taurus, 1974.

tradição lógica, como acentuamos anteriormente, para responder à problemática moderna. No entanto, a nova lógica de Frege também influenciou Wittgenstein com sua nova definição da estrutura essencial da proposição.

2.4 A forma lógica da proposição aristotélica: sujeito e predicado

Como uma proposição representa a realidade? Aristóteles nos deu uma concepção clássica de qual seja a forma lógica da proposição, a saber, a união (ou separação) de dois termos: o sujeito (aquilo sobre o que se diz) e o predicado (o que se diz). “Todo A é B”, “Nenhum A é B”, “Algum A é B” e “Algum A não é B” são as proposições que Aristóteles estabelece como modelos lógicos. Desse filósofo tomamos a aceção, difundida desde sua origem até o século XIX, de que a forma essencial de uma proposição (ou sentença declarativa) é “S é P”, ou seja, uma forma predicativa. Aristóteles cumpriu, assim, a sua tarefa enquanto lógico: mostrou a forma lógica das proposições (A é B) e sua expressão linguística (“Todo A é B”, “Algum A é B”, etc.). Por tais, tornou-se possível formular silogismos, isto é, um raciocínio baseado em três proposições cujas relações assegura a verdade ou falsidade da conclusão, raciocínio este que fora utilizado à exaustão desde quando fora inventado (Cf. SCHMITZ, 2004, p. 61).

Esse modelo lógico de Aristóteles tem uma característica que é preciso acentuar, pois será lembrado quando estivermos falando da lógica de Wittgenstein: ela produz consequências metafísicas. Se toda a lógica pretende se basear em proposições verdadeiras, isto é, que repetem a estrutura da realidade, então dizer que as proposições são, essencialmente, a relação entre dois termos é dizer que a realidade é composta, essencialmente, de coisas que se relacionam, que têm ou não têm propriedades. Nesse sentido, podemos dizer que, da lógica, rumamos à ontologia. O modelo mais lembrado de silogismo aristotélico é:

Todos os homens são mortais
Sócrates é um homem
Sócrates é mortal.

Na segunda premissa, “Sócrates” e “um homem” são ambos substantivos, mas o primeiro é próprio e o segundo é “comum”. O primeiro substantivo parece definidamente circunscrito na realidade, isto é, parece que a proposição se refere diretamente àquela coisa da realidade que, segundo a proposição, se inclui no conjunto das outras coisas humanas e é

denominada “Sócrates”. De fato, não só Sócrates é homem, por isso se diz que ele é *um* homem. Com efeito, várias coisas podem ser ditas como homens. A proposição “Sócrates é um homem”, assim, tem em sua base a forma “x é um homem”, passível de ser utilizada com inúmeras outras coisas que podemos dizer, verdadeiramente, ser homens. Várias coisas têm, pois, as propriedades de um humano, mas somente Sócrates tem a propriedade de ser Sócrates. A consequência disso tudo é que passamos a acreditar que os sujeitos das proposições lógicas – ou as substâncias individuais – têm, necessariamente, propriedades compartilhadas com outros. Por exemplo, tanto Sócrates, quanto Platão, Aristóteles, Kant e Wittgenstein têm a mesma propriedade de serem homens.

Desta concepção, porém, brotam problemas: relativos aos *universais*, relativos às *substâncias primeiras* e, por fim, relativos às *relações*. Não se pode dizer normalmente que “Sócrates” pode ser predicado, isto é, “x é um Sócrates”, mas isso pode acontecer com o termo “cavalo”. Esse pode ser tanto sujeito quanto predicado: “O cavalo é um equino” e “Bucéfalo é um cavalo” são ambas possíveis. Se, com efeito, “cavalo” pode ser a propriedade de uma substância individual, mas também uma outra substância individual, já que pode ficar no lugar do sujeito da proposição, então estaremos admitindo que existe de fato a substância individual Cavalo. Por isso, Aristóteles teve que afirmar, por conta dessa consequência, que havia dois tipos de substâncias: as primeiras, que são os *indivíduos* e que, nesses exemplos se referem a Bucéfalo e a Sócrates; e as segundas (ou “universais”), que são as *espécies* e os *gêneros*. Mas, que tipo de existência têm os universais? (Cf. _____, 2004, p. 59-64). Ao deixar em aberto esse problema, Aristóteles deu chão a inúmeras discussões metafísicas sobre a existência desses universais, discussões que, em certo sentido, vieram já de Platão e suas Formas e até o final da Idade Média eram bastante presentes, encontrando no nominalismo de Ockham uma grande barreira.

De todo modo, quais são os problemas relativos às substâncias primeiras? Sendo o que sustenta as propriedades, a substância primeira tem certas propriedades que a tornam o que ela é, *sem as quais não o poderia ser* (portanto essenciais), e outras propriedades que poderia tanto ter quanto não ter que isso em nada alteraria a sua essência. A essência da substância primeira, portanto, é o que importa. O que ela é? Que relação mantém com a substância? “Uma predicação essencial nos faz entrar na intimidade da substância, ao passo que uma predicação acidental apenas permanece na ‘superfície das coisas’, como se diz às vezes” (_____, 2004, p. 65). Mas, esse ato de penetrar na intimidade das coisas é apenas metáfora. O que realmente significa? A proposição “Bucéfalo é um cavalo” expressa uma propriedade

essencial dessa substância. Entretanto – e este é o problema –, qual a relação que a substância e a essência mantêm?

Por fim, há os problemas em torno das relações entre substâncias. Na relação causal “A é causa de B”, segundo o modelo proposicional de Aristóteles, é preciso dizer que ser “causa de B” é uma propriedade de A. Mas, de que tipo? Se for essencial, isso aceitaria um conhecimento da produção de B a partir de A antes mesmo de B surgir, somente graças ao conhecimento dessa capacidade interna de ser causa de B que A possui. As proposições de relação foram, no período moderno, afastadas da ciência: “ $e = \gamma t^2$ ” de Galileu não está na forma S-P. A ciência moderna não procurou falar das relações entre as substâncias, nem da essência ou do fundo íntimo das coisas. É nesse sentido, portanto, que a concepção aristotélica da forma essencial da proposição pode ter sido causa dessas problemáticas no domínio da ontologia por tantos séculos.

2.5 A forma lógica da proposição fregeana: argumento e função

Sabe-se que a lógica de Aristóteles fora difundida, aprendida e utilizada desde sua origem até o século XIX com pouquíssimas alterações. Em 1879, porém, Frege propôs uma mudança nela, a saber, a troca da relação sujeito-predicado pelos conceitos de *argumento* e *função*. Pela lógica aristotélica, seria difícil analisar logicamente a proposição “Demóstenes é tão bom orador quanto Cícero”, uma vez que aparece um sujeito no próprio predicado. Poderíamos analisá-la tomando primeiramente “Demóstenes” como sujeito, mas poderíamos tomar “Cícero” como sujeito, uma vez que a relação “... tão bom orador quanto...” permite que haja uma inversão. Nesse sentido, deve-se perceber que, no todo da proposição, há uma parte variável e outra mais fixa. A parte fixa – que Russell chamou de “função proposicional” –, nesse caso, é “x é tão bom orador quanto y”, sendo “x” e “y” suas partes variáveis. Se elas forem preenchidas, teremos uma proposição completa. Se, por exemplo, considerarmos “x é irmão de y” como uma função proposicional e “Hegel” e “Schopenhauer” como nomes próprios que podem tomar os lugares das variáveis, então teremos a proposição “Hegel é irmão de Schopenhauer” – proposição esta bastante falsa, inclusive.

As proposições são, pois, pensadas como funções. Se substituirmos, na função x^2 , o x pelo argumento 5, então o valor final é 25. A função x^2 “toma o valor” 25 para o argumento 5. Do mesmo modo, as proposições “Sócrates é um homem” e “Kubrick foi tão bom diretor de cinema quanto Kurosawa” são funções cujos argumentos já foram dados. Se as analisarmos, teremos as seguintes funções proposicionais: “x é um homem” – ou Hx – e “x foi tão bom

diretor de cinema quanto y ” – ou Dxy . Seus argumentos são “Sócrates”, “Kubrick” e “Kurosawa”. Qual o valor a que se chega com tais funções? Para Frege, ao verdadeiro ou ao falso. Para Russell, à proposição verdadeira ou à proposição falsa.

A nova lógica, de Frege e de Russell, pode analisar de maneira mais aprofundada a proposição. Se a lógica aristotélica igualaria as proposições “Sócrates é um filósofo” e “Os carros são bons veículos”, a nova lógica percebe que “Os carros” não designa um argumento identificável que possa ser incluso na função proposicional, mas que é um conceito, uma propriedade. Ou seja, “Os carros” = “ x é um carro”. Nesse sentido, a segunda proposição é uma relação de dois conceitos, e não de um sujeito com seu conceito, como no primeiro caso. A segunda proposição, pela nova lógica de Frege e de Russell, pode ser analisada em “Tudo aquilo que é carro é um bom veículo”, ou, simbolicamente, $\forall x Cx \rightarrow Vx$.

Pela nova lógica, distingue claramente os diversos usos do verbo ser: “pertencer a um conjunto” é a relação de um objeto e um conceito, como em “Sócrates é um filósofo”; “estar incluso em outro conjunto” é a relação entre conceitos, como em “Os carros são bons veículos”. Na proposição “Marcos é o pai de Maria” não se está dizendo que “Marcos” tem essa *propriedade*, mas que *especificamente ele* é o pai dela. Ou seja, o verbo ser aqui é usado para mostrar uma *identidade*, isto é, “ $x = y$ ”.

Embora gramaticalmente se use o mesmo verbo, logicamente são coisas diversas. Eis um dos exemplos da origem da descrença em relação à linguagem em sua forma ordinária, cotidiana. A nova lógica abandona totalmente a linguagem ordinária: ela se opõe completamente à gramática quando, enfim, adota um simbolismo artificial que, por princípio, expressa a lógica subterrânea de nossa linguagem. Este espírito (descrença com a linguagem ordinária, a busca pela linguagem ideal e logicamente perfeita sob as gramáticas e o recurso a um simbolismo artificial) foi uma das maiores heranças que Frege e Russell deram a Wittgenstein, ao menos o do *Tractatus* (Cf. _____, 2004, p. 66-75).

A lógica tradicional, que é de cunho aristotélico, parte dos conceitos ou ideias que temos das coisas para depois ir em direção aos juízos (ou proposições). Deu-se muita importância aos termos da proposição, pensados individualmente, e a relação entre eles. Com Frege, parte-se da proposição: é ela, como um todo, que pode ser verdadeira ou falsa. E somente após a análise lógica é que se pode ter em mãos os conceitos que a compõem. “Procedendo desse modo [...], nada se pressupõe *a priori* em relação aos conceitos ou relações que entram na ‘formação’ da proposição (do juízo)” (_____, 2004, p. 77).

A verdade da proposição deixa de ser, com efeito, o fato de ela afirmar ou negar algo de alguma coisa. Pois, se disséssemos que a proposição “Antônio é tão idoso quanto Marcos”,

a qual dos dois estaríamos nos referindo e afirmando uma propriedade? Desloca-se, então, a verdade do nível dos termos da proposição para a própria proposição como um todo, de modo que, se a proposição acima for verdadeira, ela o é tão somente porque Antônio é tão idoso quanto Marcos.

Quando se coloca a proposição como ponto de partida, pode-se, como fez Frege, considerar a verdade de uma proposição molecular somente a partir da verdade de suas proposições constituintes, e, num sentido inverso, se soubermos que uma proposição molecular é verdadeira, podemos inferir que todas as proposições que a compõem têm valores de verdade definidos. A lógica proposicional, com efeito, liga proposições atômicas com os *conectivos lógicos*, e, nessas relações, a proposição atômica é tomada como uma função de verdade da proposição molecular – como se vê nas tabelas de verdade. Esse modo de pensar a proposição produz uma influência enorme de Frege sobre Wittgenstein. Pode-se, ademais, generalizar as proposições de dois modos: tornando-as *moleculares* por meio de conectivos. Ou, universalizando-as por meio do *quantificador universal* $\forall x$, isto é, iniciando-a com “qualquer que seja x”. A nova lógica traz também certos problemas, aos quais Wittgenstein enfrenta no *Tractatus*. Por exemplo: a forma lógica, que faz uma proposição ser proposição, pode ser dita? (Cf. _____, 2004, p. 78-82).

De todo modo, procuremos agora delinear uma influência específica de Russell sobre Wittgenstein. Daquele, sem dúvida uma das maiores influências fora a defesa de um Atomismo Lógico. Embora a filosofia de Frege também tenha defendido que era necessária uma análise lógica da linguagem natural, o modo que Wittgenstein faz e defende essa análise é muito mais próximo do modo que Russell fez, isto é, defendendo que as proposições analisadas poderiam nos mostrar, num último momento da análise, elementos definidos, tal qual átomos (Cf. GLOCK, 1998, p. 45).

2.6 Russell: analisar a linguagem é analisar o mundo

Não pretendemos apresentar o Atomismo Lógico de Russell completamente, mas pode-se resumi-lo, aqui, do seguinte modo: se analisarmos corretamente a linguagem verdadeira, que representa o mundo, poderemos chegar aos seus “átomos lógicos”. Como a linguagem mantém uma relação de profunda conformidade com a realidade, analisar a linguagem é analisar a própria realidade. Nesse sentido, os átomos lógicos terão seus correspondentes na realidade. Eles compõem os fatos simples, e estes compõem os fatos complexos.

De certa forma, a crítica antipsicologista que Wittgenstein e Frege fazem se aplica à teoria da linguagem de Russell, que tem como pressuposto uma metafísica e uma epistemologia. Nesta, deixando claro sua inclinação empirista, os átomos lógicos são *sense data*, isto é, dados dos sentidos provenientes de entidades físicas que compõem o mundo e as quais temos acesso diretamente, ou seja, por contato. No Atomismo Lógico de Russell, têm-se como componentes elementares os conceitos de nomes, objetos, frases e fatos, e a concepção de que os nomes, idealmente, se ligam aos objetos e as frases, aos fatos. Wittgenstein se utiliza desses mesmos componentes elementares, mas, enquanto Russell se utiliza de considerações epistemológicas para avaliar a correspondência entre o domínio da linguagem e o do mundo, ele se baseia na sua concepção de isomorfismo entre a linguagem e o mundo (Cf. MIGUENS, 2007, p. 107-135).

Um outro ponto da filosofia de Russell que influenciou Wittgenstein foi a distinção feita pelo filósofo inglês entre forma gramatical e forma lógica⁴. Se ao lermos a proposição “O rei do Brasil é gordo” a analisarmos simplesmente como uma proposição sujeito-predicado, então diríamos que ela é falsa porque o seu sujeito não existe. Dentro, por exemplo, da teoria do sentido de Frege, essa frase, todavia, não seria falsa nem verdadeira, pois um de seus elementos não possui referência. Já que um elemento da proposição não tem referência, então a própria proposição não tem referência – e isso significa que ela não se refere nem ao Verdadeiro nem ao Falso. Russell não aceita tal tipo de resposta. Para dizer que aquela proposição é falsa, ele recorre então à forma lógica dela. Ao se dizer “O rei do Brasil é gordo”, não se diz simplesmente que X é Y. Esse elemento predicativo é apenas um dos que compõem a proposição. Antes de tudo, estamos implicitamente dizendo que *existe* o rei do Brasil, e que há *somente um* indivíduo que corresponde a essa descrição. Com efeito, uma proposição do tipo acima fora analisada por Russell em seus elementos: existência, univocidade e predicado. A forma lógica de tal proposição, expressa em símbolos lógicos, é:

$$\exists x(Bx \wedge \Box y(By \rightarrow x = y) \wedge Gx)$$

Entendendo “Bx” por “x é o rei do Brasil” e “Gx” por “x é gordo”, a forma lógica acima pode ser lida assim: *existe ao menos um indivíduo que é o rei do Brasil* (existência) e *existe no máximo um indivíduo que é o rei do Brasil* (univocidade) e *este indivíduo é gordo* (predicado). Por meio dessa explicitação lógica, podemos de fato *ver* que a proposição não

⁴ 4.0031 “Toda filosofia é ‘crítica da linguagem’. (Todavia, não no sentido de Mauthner.) O mérito de Russell é ter mostrado que a forma lógica aparente da proposição pode não ser sua forma lógica real.”

revela, no nível gramatical, tudo o que diz. Diante da constatação de que a linguagem natural traz em si ambiguidades que podem facilmente nos enganar – como a palavra “rosa” na proposição “A rosa é rosa”, que parece se referir à mesma coisa, mas não o faz –, Wittgenstein, inspirado por Russell, defende o uso de um simbolismo lógico para que seja revelada a sintaxe lógica⁵.

A distinção entre forma gramatical e forma lógica já é feita por Frege, mas há algo de distinto num pressuposto de Russell ao fazer a análise da linguagem natural em busca dessa forma lógica que o aproxima mais de Wittgenstein. Se Frege, Russell e Wittgenstein possuíam a visão de que a linguagem natural é ambígua e leva a erros por ser imperfeita, Frege concebe que a linguagem natural tem que ser *corrigida* numa linguagem artificial simbólica, isto é, que uma parcela dessa linguagem natural tem que ser ajustada, melhorada, aprimorada na linguagem artificial. Russell e Wittgenstein, ao contrário, partem da visão de que não é porque a linguagem natural é ambígua que ela precisa ser corrigida: ela precisa ser *revelada*, como se a essência dela estivesse escondida sob a pele gramatical comum. Por isso, a forma lógica de Russell, e também a de Wittgenstein, é como uma estrutura óssea da linguagem natural, pondo-a de pé e sendo por ela escondida. Por isso a análise lógica precisaria revelá-la, e é de tal modo que se chegaria aos átomos lógicos (Cf. PENCO, 72-80).

Enfim, como já dissemos, as linhas acima não são justas com as filosofias de Frege e de Russell (nem também com a de Aristóteles), mas nos servem na medida em que dão uma rápida noção de como Wittgenstein fora influenciado pelas filosofias desses dois filósofos que o antecederam. Pode-se dizer, à guisa de conclusão desse primeiro Capítulo, que, como se viu, é com essas (e outras) influências, com essa inclusão de Wittgenstein nas tradições lógica e crítica e com a genialidade própria dele que o *Tractatus Logico-Philosophicus*, enquanto (anti)obra⁶ filosófica que criticou a linguagem, pode fazer o que fez – ainda que sendo atacada

⁵ 3.323 “Na linguagem corrente, acontece com muita frequência que uma mesma palavra designe de maneiras diferentes – pertença, pois, a símbolos diferentes – ou que duas palavras que designam de maneiras diferentes sejam empregadas, na proposição, superficialmente do mesmo modo.

Assim, a palavra ‘é’ aparece como cópula, como sinal de igualdade e como expressão da existência; ‘existir’, como verbo intransitivo, tanto quanto ‘ir’; ‘idêntico’, como adjetivo; falamos de *algo*, mas também de acontecer *algo*.

(Na proposição ‘Rosa é rosa’ – onde a primeira palavra é um nome de pessoa, a última é um adjetivo – essas palavras não têm simplesmente significados diferentes, mas não *símbolos diferentes*.)”

3.324 “Assim nascem facilmente as confusões mais fundamentais (de que toda a filosofia está repleta).”

3.325 “Para evitar esses equívocos, devemos empregar uma notação que os exclua, não empregando o mesmo sinal em símbolos diferentes e não empregando superficialmente da mesma maneira sinais que designem de maneiras diferentes. Uma notação, portanto, que obedeça à gramática *lógica* – à sintaxe lógica.

(A ideografia de Frege e Russell é uma tal notação, que não chega, todavia, a excluir todos os erros.)”

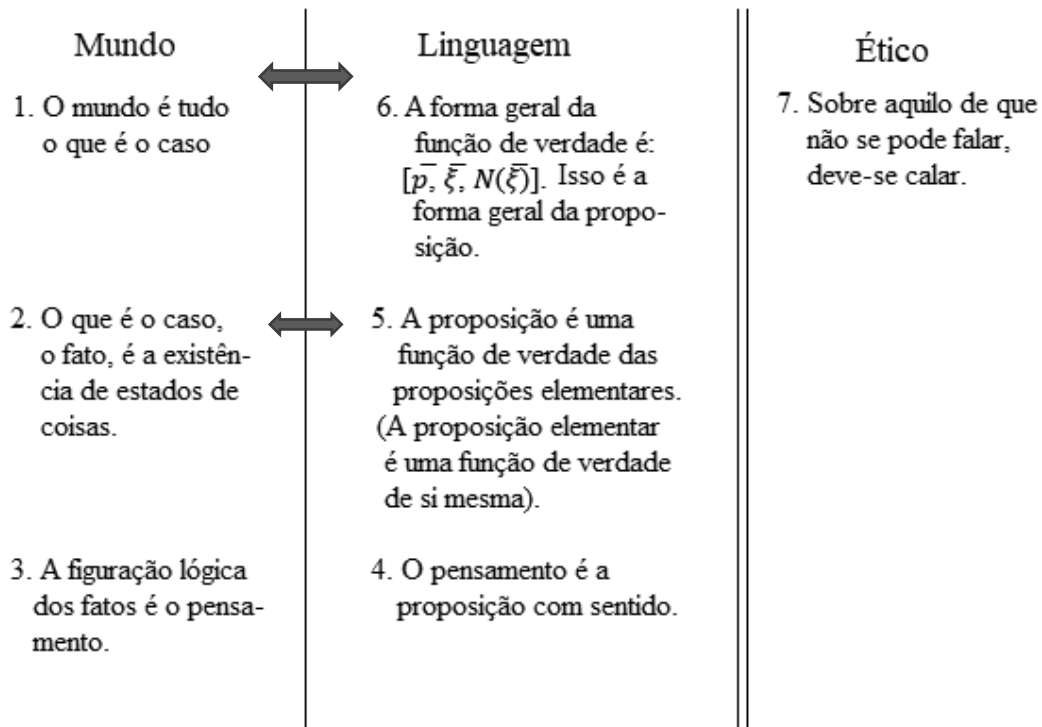
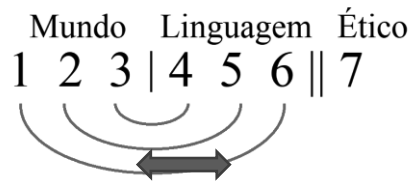
⁶ Para entender por que, ao nosso ver, o *Tractatus* é uma antiobra filosófica, ver o subcapítulo “4.5 Filosofia e o *Tractatus*” e a nota de rodapé 8.

e refutada por diversas pessoas nas décadas seguintes a sua publicação, inclusive por seu próprio autor.

3 CAPÍTULO II: A LINGUAGEM QUE AFIGURA O MUNDO

Antes de adentrarmos na análise do *Tractatus*, é interessante falarmos rapidamente sobre como ele está estruturado. Seus mais de 500 aforismos foram agrupados por Wittgenstein, de modo a formarem sete grupos, encabeçados por seus aforismos principais. A inter-relação entre todos os aforismos pode, portanto, ser mais sentida ao nível de tais aforismos principais. Se observarmos atentamente, os aforismos 1, 2 e 3 falam, em medidas diferentes, do mundo. Os aforismos 4, 5 e 6, da linguagem. Se observarmos os aforismos 3 e 4, vemos que eles estão ligados pelo conceito de pensamento: ocorre, entre eles, um tipo de costura entre fato e proposição. Os aforismos 2 e 5 têm a relação entre estados de coisas e proposições elementares, que, conforme veremos no presente trabalho, podem ser tomados como uma só coisa se ambos compartilharem a mesma forma lógica. Os aforismos 1 e 6 mantêm a relação mais distante: nelas vemos que o aforismo 1 fala especificamente do mundo, e o 6, da linguagem. Mas, tendo em mente as relações acima expostas, podemos dizer que o isomorfismo entre os estados de coisas e as proposições elementares é aqui estendido ao nível não dos fatos e das proposições, mas do próprio mundo e da própria linguagem. O aforismo 7 deve ser visto à parte, tanto pelo fato de que dele não decorrem aforismos subsequentes (ou seja, o sétimo grupo de aforismos contém apenas um membro), quanto pelo fato de que ele é, ao nosso ver, a consequência máxima do que falam os outros. Se levarmos em conta que o próprio Wittgenstein afirmara que o seu intuito com o *Tractatus* era ético⁷, podemos dizer que essa consequência ascética diz o máximo que pode ser dito da dimensão ética. As imagens abaixo resumem o que dissemos:

⁷ Ver nota de rodapé 42.



3.1 Figuratividade e verifuncionalidade

No *Tractatus Logico-Philosophicus*, Wittgenstein apresenta uma concepção de proposição que possui duas faces. Pela primeira, a proposição é imagem ou figura do mundo. Mas, pela segunda, ela é concebida como função de verdade. Pela primeira, um fato e uma proposição elementares são, em certo sentido, iguais, uma vez que compartilham uma mesma forma. Pela segunda, a verdade de uma proposição molecular depende unicamente da verdade de suas partes componentes. A definição do conceito lógico de proposição no *Tractatus* é, pois, composta destes dois aspectos: a figuratividade e a função de verdade.

Como gosto de pensar, podemos imaginar que a figuratividade da proposição ocorre entre a linguagem e o mundo, num nível elementar. Por isso, a verdade de uma proposição elementar depende única e exclusivamente da existência do fato que ela afirma ser o caso. A verifuncionalidade, isto é, esta concepção de que a verdade de uma proposição molecular é

determinada pelos valores de verdade de suas proposições elementares componentes, ocorre entre a linguagem mais básica e a lógica. Pois, se as proposições elementares são necessariamente ou verdadeiras ou falsas, as proposições moleculares compostas com elas são determinadas pelas possíveis ligações lógicas entre elas. Essa verifuncionalidade ficará mais nítida quando estivermos falando das proposições da lógica e utilizando as tabelas de verdade para mostrar o que se quer dizer.

No *Tractatus*, para além dessa visão da proposição, que assinala essas duas faces, figuratividade e verifuncionalidade, Wittgenstein afirma haver uma forma essencial da proposição. Na verdade, há uma forma proposicional geral (“4.5 [...] A forma proposicional geral é: as coisas estão assim”) e uma forma geral da função de verdade (“6. A forma geral da função de verdade é: $[p \square, \xi \square, N(\xi \square)]$). Isso é a forma geral da proposição”). Pensando-a, por outro lado, além destas duas faces, podemos dizer que as proposições são, para Wittgenstein, uniões de nomes simples, que são independentes entre si, figuram o mundo, têm uma complexidade essencial e são, necessariamente, ou verdadeiras ou falsas (Cf. SANTOS, 2008, p. 75- 91).

Com efeito, percebe-se que a figuratividade da proposição é um pressuposto à sua verifuncionalidade, pois pela primeira se assegura que uma proposição é, necessariamente, ou verdadeira ou falsa. Pode-se dizer também, como o faz PENCO, que as duas faces da concepção de proposição “[...] se apóiam reciprocamente, embora sejam em parte independentes uma da outra” (2006, p. 75), ainda que não fique explícito *como* as duas se apoiam uma na outra. Talvez pelo fato de que, para uma proposição ser significativa, ela precisa poder ser mostrada numa tabela de verdade.

3.2 Teoria pictórica da linguagem

No *Tractatus Logico-Philosophicus*, além de sua abordagem lógica para com a proposição, pela qual esta é concebida como função de verdade, há a famosa “teoria”⁸ pictórica da proposição, pela qual a proposição é concebida como *imagem* ou *figura* de um fato da realidade. Ela é uma resposta à pergunta que questiona como funciona uma

⁸ Toda vez que usarmos o termo “teoria” estaremos cometendo um equívoco necessário. Pois, se o pensamento de Wittgenstein era predominantemente anti teorético (Cf. PEARS, 2003, p. 812) – já que para ele a filosofia não deveria tentar imitar a ciência e buscar construir um conjunto de proposições, argumentos, teses e teorias suas –, no *Tractatus* ele faz uso – consciente – de uma teoria. Todavia, como Wittgenstein revela no fim da obra, ele mesmo sabe que, segundo o que defende na obra, a existência da mesma é contraditória. Ou, em outras palavras, a obra, que possui teorias filosóficas, se reconhece como anti teorética no seu término. E, com essa contradição em mãos, para ele, deveríamos “jogar a escada fora” depois de termos a utilizado. Em suma, no *Tractatus* há teorias que, se corretas, revelam-se como anti teorias. Por isso, é necessário esse esclarecimento em relação ao uso do termo “teoria” quando falamos de Wittgenstein.

proposição, e, por isso, é o coração pulsante do *Tractatus*, recebendo pressupostos para se apoiar e bombeando consequências. Mas, afinal, o que significa dizer que a proposição é uma imagem?

Sobre a possível origem desta concepção pictórica da linguagem, diz SCHMITZ:

Esta tese, que está no centro da obra de Wittgenstein, tem sua origem, ao que parece, em uma anedota muitas vezes relatada. Em setembro de 1914, na época em que navegava pelo Vístula, Wittgenstein teria encontrado uma revista na qual se narrava um processo judicial em Paris referente a um acidente automobilístico. Na audiência, para descrever e explicar o que havia ocorrido, o acidente foi reconstituído com bonecos e veículos em miniatura. Cada fase do acidente foi assim representada, num certo número de modelos ou figuras (2004, p. 83).

O que, afinal, possibilita que uma miniatura possa representar um fato, ao menos de maneira tão segura que possa ser usada como determinante num julgamento? O que faz Wittgenstein crer que a proposição possui uma *figuratividade*? A figura é, ela mesma, um fato. A miniatura, antes de ser uma figuração do fato-acidente de trânsito, é um fato, constituído de bonecos e carrinhos. Se a figura é um fato, *o que permite que um fato figure ou represente outro*? A característica de que os elementos do fato-figura estão dispostos, *espacialmente*, do mesmo modo que os do fato-acidente de trânsito (Cf. _____, 2004, p. 84).

Uma figuração representa o fato, por substituição (*Vertretung*), isto é, os elementos da figuração estão no lugar dos elementos do fato. Não é necessário que o fato supostamente afigurado por uma figuração de fato exista para que ela seja uma figuração, basta que o fato *possa* existir. Deve-se deixar claro que, por ser, ela mesma, um fato, a figura não pode ser considerada um objeto complexo. Ora, uma proposição elementar, por exemplo, é a união possível de nomes simples que substituem, nela, os objetos simples de um fato simples. Mas não podemos isolar esses nomes para vermos como eles, isolados, se relacionam com seus objetos simples correspondentes: há uma unidade da proposição que deve ser respeitada. É preciso explicar isto para que uma figuração não seja analisada e seus elementos sejam avaliados isoladamente em busca de semelhanças com os elementos que representam. Não se pode, pois, analisar uma representação figurativa sem aniquilar sua representatividade. É preciso um “método de interpretação” para identificar uma figuração como tal (Cf. SANTOS, 2008, p. 62-63).

Na figuração, há três níveis: dos “objetos”, da “estrutura” e da “forma”. Na relação fato do mundo e fato-figura, há as coisas que compõem o fato do mundo (os objetos), a

estrutura da relação existente entre esses objetos do mundo (a estrutura) e a forma que possibilita a estrutura (a forma) – isto é, se o fato-figura busca figurar a estrutura *espacial* da relação entre os objetos do fato original, então pressupõe que esse fato seja possível espacialmente, e para tal deve existir essa forma espacial. Nesse sentido, fatos temporais devem ter objetos, estrutura e forma temporais, como na partitura. Embora os elementos do fato-figura sejam escolhidos por convenção para representar os elementos do fato original – não há nada necessário na relação entre o sinal “♪” e a duração temporal que ele representa numa partitura –, é necessário à figuração estes três níveis.

O que é a estrutura? Sem uma estrutura, sem um arranjo entre si, os objetos não representam nada. Uma estrutura *possível* torna o fato-figura compreensível: dá-lhe um sentido, ainda que sua veracidade não esteja de modo algum assegurada. Nesse sentido, é a estrutura que torna os elementos do fato-figura representantes dos elementos do fato possível. O fato-figura será compreensível, ou terá um sentido, enquanto estiver estruturada em estruturas possíveis. O que determina até onde uma estrutura é possível é a forma: a forma espacial, por exemplo, impossibilita qualquer estrutura que ponha duas coisas ocupando o mesmo espaço ao mesmo tempo, pois isso vai contra a lei física de impenetrabilidade. Entretanto, enquanto for uma estrutura possível, a figura *mostra* o fato possível. E, quando apreendemos a possibilidade de existência desse fato figurado, então apreendemos o sentido da proposição.

Uma forma possibilita várias estruturas. Um fato é constituído por formas diversas, como a espacial e a temporal. Se quisermos figurar temporalmente um fato, este precisa ter a forma temporal. Como poderíamos figurar a estrutura temporal de uma fotografia, por exemplo? Uma fotografia não tem forma temporal, e, portanto, não pode ser figurada temporalmente. Os símbolos numa pauta musical não representam a relação espacial entre os sons produzidos, mas a sua duração, intensidade e tonalidade, embora a tradução na partitura da tonalidade das notas se dê espacialmente, colocando-se as notas mais agudas no alto, e as mais grave, em baixo.

Se um objeto pode ser representado em estrutura espacial, então a forma espacial é uma característica sua. Assim, dizendo-se que “[...] os objetos têm [...] uma forma”, estamos dizendo que os objetos podem ser classificados: há objetos *temporais*, objetos *espaciais*, objetos *psíquicos*, etc. (Cf. SCHMITZ, 2004, p. 84-89).

O que é a forma? A forma é a possibilidade de estrutura. “[...] a estrutura de uma figura é como o molde complementar da forma dos objetos” (_____, 2004, p. 94). Há

formas espaciais, formas temporais, formas coloridas, etc. Mas, sob todas elas, há a forma *lógica* como condição necessária, que possibilita a um fato ser fato.

Antes de nos aprofundarmos no que seja a forma lógica e nos temas subsequentes, vale a pena fazer um breve resumo: estando nomes no lugar de objetos, e a coordenação destes sendo representada com aqueles, têm-se um enunciado que representa um estado de coisas. Para tal, o enunciado e o fato representado precisam compartilhar uma mesma forma lógica, a forma mais abstrata que um fato pode ter, em contraponto a suas formas espaciais, temporais, coloridas, etc. Como a proposição é uma imagem composta de símbolos, a única, mas essencial, coisa que liga ela e o fato é a forma lógica.

Nessa teoria, não há mediação cognitiva entre o nome e o objeto figurado. Poder-se-ia ver isso diante de uma proposição elementar, onde os nomes simples estão no lugar dos objetos simples da realidade e representando a coordenação interna destes, se, entretanto, Wittgenstein tivesse proporcionado um exemplo de uma proposição elementar, coisa que não fez e que, anos mais tarde, reconheceu ser um dos sintomas de que o *Tractatus* havia falhado (Cf. PENCO, 2006, p. 75-77).

3.3 Formas lógicas

O que são **formas lógicas**? Apresentaremos a seguir algumas breves características essenciais delas. No aforisma 2.18⁹, vemos Wittgenstein dizer que a forma lógica é aquilo que uma figuração deve ter em comum com a realidade para afigurá-la. É esse “ter em comum” o ponto mais importante da relação entre linguagem e a realidade: uma proposição só pode ser uma figuração lógica do mundo se e somente se compartilhar com ele uma mesma forma lógica. É, pois, somente com esta forma lógica igualmente presente numa proposição e num fato que a proposição pode ser *figuração* e o fato, *afigurado*: 2.2 “A figuração tem em comum com o afigurado a forma lógica de afiguração”.

Portanto, para poder figurar a realidade, uma proposição deve ter em si uma forma lógica, ao menos *possível* e comumente presente no fato que pretende afigurar. Essa forma lógica deve ser estabelecida *a priori*, bem como sua possibilidade¹⁰. Ou seja, devemos estabelecer de antemão quais figurações são possíveis ou não. Como as proposições cujas formas lógicas são impossíveis são, conseqüentemente, contrassensos, nota-se que a forma

⁹ 2.18 “O que toda figuração, qualquer que seja sua forma, deve ter em comum com a realidade para poder de algum modo – correta ou falsamente – afigurá-la é a forma lógica, isto é, a forma da realidade.”

¹⁰ 6.33 “Não acreditamos *a priori* numa lei de conservação, mas *sabemos a priori* da possibilidade de uma forma lógica.”

lógica tem relação com o sentido delas. Sendo, pois, condição necessária para o sentido da proposição, sequer podemos entender uma proposição que esteja estruturada em torno de uma forma lógica impossível. A proposição “Casa quatro quem mas” não faz sentido, pois foge a qualquer constituição lógica-sintática possível, diferentemente da proposição “Os animais que chamamos de ‘seres humanos’ têm duas pernas”. Daí a necessidade de um emprego sintático-lógico dos sinais proposicionais que Wittgenstein fala no aforisma 3.327¹¹. Em suma, só podemos entender uma proposição e compreender que ela diz um fato possível ou efetivo porque ela tem em comum, com a realidade, uma forma lógica.

A forma lógica compartilhada entre fato e figura é também condição necessária para qualquer averiguação da verdade: “[...] para que a comparação seja possível, fato real e a figura devem ao menos compartilhar alguma coisa: uma mesma forma. Na falta dessa forma em comum, nenhuma comparação é possível” (SCHMITZ, 2004, p. 90).

Como a forma lógica é a própria condição necessária da linguagem cuja satisfação proporciona sentido a esta, ela não pode ser representada *na* linguagem. Ora, como ela é aquilo que iguala mundo e linguagem, estando, portanto, em ambas simultaneamente, para uma proposição representar a forma lógica que a torna significativa seria necessário ir além dos limites da linguagem; seria como sair da relação mundo-linguagem e dizer o que há de igual entre estes dois termos, o que não é o caso¹². Consequentemente, a forma lógica não pode ser dita, mas ela *se mostra* na linguagem: “A proposição mostra a forma lógica da realidade. Ela a exhibe”¹³.

A presença da forma lógica tanto no fato quanto na figuração faz com que o mundo e a linguagem, nesse sentido, tenham uma mesma forma. Essa concepção ficou conhecida como isomorfismo lógico entre a linguagem e o mundo. “O *Tractatus* expõe aquilo que constitui a natureza da linguagem e do mundo e que permite compreender como as proposições têm sentido, isto é, podem exprimir estados de coisas, e ser verdadeiras ou falsas” (_____, 2004, p. 43). O isomorfismo lógico entre a linguagem e o mundo é passível de ser mostrado nas proposições lógicas, por conta da mesma forma lógica compartilhada por uma proposição e

¹¹ 3.327 “É só com seu emprego lógico-sintático que o sinal determina uma forma lógica.”

¹² 4.12 “A proposição pode representar toda a realidade, mas não pode representar o que deve ter em comum com a realidade para poder representá-la – a forma lógica.

Para podermos representar a forma lógica, deveríamos poder-nos instalar, com a proposição, fora da lógica, quer dizer, fora do mundo.”

¹³ 4.121 “A proposição não pode representar a forma lógica, esta forma se espelha na proposição.

O que se espelha na linguagem, esta não pode representar.

O que *se exprime* na linguagem, *nós* não podemos exprimir por meio dela.

A proposição *mostra* a forma lógica da realidade.

Ela a exhibe.”

um fato. Ele possibilitou a Wittgenstein uma resposta à pergunta: o que é uma verdade lógica?. Como a gramática das linguagens ordinárias é – para ele, Frege e Russell – defeituosa, Wittgenstein recorre a uma linguagem simbólica, que em tese pode ser considerada a linguagem ideal escavada como a essência de todas as linguagens significativas.

Esse recurso a uma linguagem artificial deixa claro que, quando Wittgenstein defende esse isomorfismo entre mundo e linguagem, não está pensando a linguagem natural, isto é, as linguagens que utilizamos em nosso cotidiano, mas o esqueleto lógico da linguagem, ou a linguagem, ou a sintaxe lógica sob as linguagens naturais (Cf. SANTOS, 2008, p. 104). Como se verá no subcapítulo dedicado às consequências lógicas, essa forma comum entre mundo e linguagem (na verdade entre espaço lógico e sintaxe lógica) faz com que seja necessária uma identidade entre as coisas pensáveis, as coisas dizíveis e as existentes.

Essas são, portanto, algumas características essenciais das formas lógicas, conceito que Wittgenstein põe no cerne de seu projeto. Baseado na hipótese de que a linguagem e o mundo podem realmente compartilhar a mesma forma, consequentemente produzindo através da primeira uma representação fiel da segunda, Wittgenstein desenvolve seu estudo não sobre as palavras, nem sobre a própria linguagem como um todo, mas, ao menos principalmente, sobre as proposições. Estas são as unidades significativas da linguagem: os nomes isoladamente não significam nada, apenas se referem a coisas. Somente as proposições têm sentido.

3.4 Teorias do sentido e a concepção de verdade

Nos dois próximos subcapítulos, veremos como Wittgenstein concebeu que a proposição e seus termos têm sentido (se é que têm). Há duas teorias do sentido, uma vez que a que se aplica ao nível dos nomes não poderia se aplicar ao nível da proposição. Pela primeira, vemos uma ligação entre mundo e linguagem; pela segunda, uma ligação entre sentido e verdade, e, de certa forma, entre linguagem e lógica.

Após as teorias do sentido, será dedicado um pequeno espaço ao que Wittgenstein concebia como a verdade. Uma vez que esse conceito sempre foi tão caro à filosofia, e que a noção de verdade, no *Tractatus*, está profundamente ligada à noção de sentido, embora deva se deixar claro, sempre que possível, que, ao nível da proposição, a verdade e o sentido não são, de modo algum, a mesma coisa. Como estas duas coisas se relacionam, e outras coisas serão mostradas a seguir.

3.4.1 Nomes e Objetos

Para pensarmos os nomes e suas relações com os objetos nomeados, é preciso ter em mente que, tal qual Frege, Wittgenstein os concebe como partes de uma proposição. Pois, toda a filosofia da linguagem dele gravita em torno da proposição. No aforismo 3.3, pelo qual se diz “Só a proposição tem sentido; é só no contexto da proposição que um nome tem significado”, vê-se o Princípio de Contexto de Frege, pelo qual se afirma que “[u]ma palavra só tem significado no contexto de um enunciado” (PENCO, 2006, p. 63). É nesse sentido que o nome só é nome dentro de uma proposição. Com efeito, para se determinar o significado de um nome é preciso considerar a proposição como um todo em que ele está. Pois, o nome só é nome dentro do contexto proposicional.

Todavia, além da relação entre nome e objeto nomeado precisar ser analisada dentro de um contexto proposicional, ela carece também de uma interpretação: para uma palavra poder ser, de fato, nome, os nomeados devem poder se articular entre si como os nomes se articulam na figuração, e a interpretação estabelece a possibilidade das relações nomes-coisas, nomes-nomes e coisas-coisas. Ou seja, a relação entre nomes e nomeados só pode ser estabelecida tendo como base o contexto da figuração e uma interpretação. Nesse sentido, para um nome deixar de ser um mero sinal e passar a ser um símbolo dentro da proposição, é preciso que ele possa ser conectado lógico-sintaticamente com outros nomes (Cf. SANTOS, 2008, p. 65-71). Em suma, é preciso interpretar se os nomes componentes duma proposição podem ser combinados do modo em que estão combinados.

Podemos, resumidamente, dizer que uma proposição elementar é uma combinação de nomes. Nesse sentido, a proposição é, sempre, algo complexo¹⁴. Enquanto o nome precisa, ao menos no momento de sua instituição – portanto num ato arbitrário –, significar o nomeado, isto é, algo do mundo, a proposição não necessariamente precisa simbolizar o mundo para ser significativa. O nome, pois, deve ter uma ligação com o mundo para ter alguma função dentro da proposição. Como diz ARISTÓTELES (2010, p. 82): “O nome é um som que possui significado estabelecido somente pela convenção, sem qualquer referência ao tempo, sendo que nenhuma parte dele tem qualquer significado, se considerada separadamente do todo”.

Ou seja, pelo fato de ser instituído por convenção, um nome deve ter alguma relação com o mundo em seu nascimento: “Para um nome, ser nome é nomear algo” (SANTOS, 2008, p. 23). Mas esse vínculo *único* com o mundo – já que o nome mantém *uma* relação de

¹⁴ Essa tese de que a proposição é um sinal complexo é abandonada por Wittgenstein em sua filosofia posterior, substituindo-a pela concepção que uma proposição poderia ser um sinal simples, contanto que faça parte de um sistema (Cf. MOORE, 1954, p. 9).

simbolização com o mundo –, uma vez que o nome passa a ser entendido pelos falantes de uma língua, pode muito bem ser deixado de lado. Um nome, assim, tem uma ligação com um objeto do mundo, sendo este sua referência. Por isso, podemos dizer que, relativo aos nomes, Wittgenstein defende uma Teoria Referencial do Sentido (Cf. COSTA, 2002, p. 32).

Nessa relação do nome com um objeto, não há qualquer descrição do objeto, o que significa que não há qualquer mediação. Nela, há apenas uma nomeação: o nome nada mais faz do que nomear o objeto¹⁵ ¹⁶. Nesse sentido, não há qualquer espaço para um possível sentido do nome, ao menos não nos moldes da filosofia de Frege. Como se verá a seguir, a crítica a este, feita por Russell e por Wittgenstein, possibilita que podemos conceber a veracidade ou falsidade de uma proposição cujo um dos termos não tem denotação.

Para Frege, os nomes próprios assumem como pressuposto a existência de seus indivíduos correspondentes. Pois, tanto a afirmação “Michael Corleone morreu sozinho na Sicília” quanto sua negação “Michael Corleone não morreu sozinho na Sicília” precisam que o termo “Michael Corleone” tenha referência para serem verdadeiros ou falsos. Por isso Frege defendia essa *pressuposição semântica*. Contudo, ainda que tenha sido um personagem no cinema e na literatura, não existiu nem existe nenhum Michael Corleone. Por meio de seu princípio de composicionalidade, Frege defende que o sentido e referência do enunciado depende da existência do sentido e da referência dos termos do enunciado. Então, se não há referência em um de seus termos – nesse caso, o nome próprio –, então o enunciado como um todo não tem referência. Ora, o enunciado se refere ou ao verdadeiro ou ao falso. Logo, a proposição “Michael Corleone morreu sozinho na Sicília”, bem como todas as que comportam termos não denotativos, não é nem verdadeira nem falsa (Cf. PENCO, 2006, p. 69-70).

Bertrand Russell, um pouco mais empirista, defende a concepção de que o significado de um nome próprio “[...] se reduz ao fato de se referir a um objeto. Mas os nomes próprios da linguagem natural não desempenham essa função justamente por não darem garantia de se referirem a um indivíduo” (_____, 2006, p. 71). Os nomes, pois, não possuem sentido, apenas referência.

Os nomes próprios, entretanto, têm a característica de serem abreviações de descrições definidas. “Michael Corleone”, então, pode ser uma abreviação para “o filho mais novo de Don Vito Corleone que voltou da Segunda Guerra como herói e acabou se afundando nos

¹⁵ 3.203 “O nome significa o objeto. O objeto é seu significado. (“A” é o mesmo sinal que “A”).”

¹⁶ 3.221 “Os objetos, só posso nomeá-los. Sinais substituem-nos. Só posso falar *sobre* eles, não posso *enunciá-los*. Uma proposição só pode dizer *como* uma coisa é, não *o que* ela é.”

negócios sujos da família mafiosa”. Todas as descrições definidas são nomes próprios, mas nem todos os nomes próprios são descrições definidas. Alguns são nomes logicamente próprios, e se referem diretamente aos objetos, sem necessidade de qualquer propriedade. As constantes individuais da lógica matemática são exemplos deste segundo tipo.

Com isso, Russell propõe um modo de analisar a proposição: “Uma asserção que contém uma descrição deveria ser, portanto, reescrita em uma linguagem sem ambiguidade, com uma forma que explicita a idéia de existência e unicidade” (_____, 2006, p. 72). Uma proposição denotativa passa a ser analisada buscando, antes de tudo, sua forma lógica, em oposição à sua forma gramatical: busca-se avaliar se existe de fato uma coisa, e somente uma coisa, que se enquadra na descrição que está na posição de nome próprio da proposição. Se ambas as condições forem cumpridas, então se pode ir ao seu predicado. Nesse sentido, a negação de uma proposição do tipo “A atual imperatriz do Brasil é loira” não é, necessariamente, “A atual imperatriz do Brasil não é loira”, mas, antes de tudo, “Não existe uma imperatriz do Brasil”. Superando essa dificuldade, Russell está se opondo à ideia de Frege de que algumas proposições, por não terem denotação, não são nem verdadeiras nem falsas. Para Russell, “[...] todos os enunciados da linguagem, inclusive os enunciados com termos não denotativos, têm sempre um valor de verdade” (_____, 2006, p. 74).

Para Wittgenstein, estando nomes no lugar de objetos, e a coordenação destes sendo representada com aqueles, têm-se um enunciado que representa um estado de coisas. Para tal, o enunciado e o fato representado precisam compartilhar uma mesma forma lógica, a forma mais abstrata que um fato pode ter, em contraponto a suas formas espaciais, temporais, coloridas, etc. Como a proposição é uma imagem composta de símbolos, a única, mas essencial, coisa que liga ela e o fato é a forma lógica (Cf. _____, 2006, p. 71-76).

Portanto, viu-se que, nessa questão, o posicionamento de Wittgenstein é próximo ao de Russell. Nomes que nada nomeiam, como nomes de personagens, ao aparecerem numa proposição não a tornam necessariamente sem sentido. Tanto Russell quanto Wittgenstein conceberam que uma proposição assim poderia ser analisada, de modo que se revelasse que esse nome próprio que nada nomeia não é, realmente, um nome, mas uma descrição definida (Cf. SCHMITZ, 2004, p. 90-91). Com efeito, “Papai Noel” é entendido como uma descrição de “aquele idoso que entrega magicamente presentes no Natal às crianças bem-comportadas”, e, ao aparecer numa proposição predicativa, pressupõe-se que a sua existência seja real. Se não o for, então a proposição é falsa, ainda que significativa. Por isso entendemos perfeitamente o que diz a proposição “Papai Noel não desce pela chaminé, mas entre pela porta da frente”, ainda que não seja verdadeira, já que não existe Papai Noel.

O filósofo vienense, tal qual o seu tutor inglês, defendeu que os nomes não têm sentido, apenas referência, e que uma proposição cujo um dos termos não tem denotação pode sim ser dita como falsa ou verdadeira, se for analisada logicamente. Ora, nesse último ponto, tanto os dois filósofos se baseiam no que ficou conhecido como Atomismo Lógico, isto é, a noção de que é possível analisar, até um nível atômico, uma proposição, revelando seus constituintes lógicos. Se este posicionamento, porém, por um momento se mostrou útil a Wittgenstein, uma vez que lhe possibilitava analisar uma proposição revelando sua forma lógica, noutra momento acabou sendo a causa de certos embaraços.

O Atomismo Lógico de Wittgenstein faz com que seja necessária a existência de objetos simples, porque é necessário, pela análise da proposição, chegar a um ponto final – caso contrário, far-se-ia uma análise *ad infinitum*. Com efeito, analisa-se as proposições moleculares buscando as proposições elementares, e a estas buscando os nomes simples, que as constituem. Como todo nome simples precisaria de um correspondente no mundo, é, pois, necessário que haja objetos simples¹⁷ – mesmo que o próprio Wittgenstein não tenha deixado claro o que seja, para ele, um objeto simples.

Na verdade, como poderemos dizer que uma proposição elementar é, de fato, verdadeira se não temos, doravante, como avaliar se seus nomes simples estão corretamente no lugar dos objetos simples, já que estes não são identificáveis? Por isso, Wittgenstein também nunca deu um exemplo do que seria uma proposição elementar. De todo modo, deve-se dizer que o Atomismo Lógico de Wittgenstein o faz *partir da linguagem e ir ao mundo posteriormente*, como se viu acima onde a necessidade da existência de nomes simples acarreta a necessidade da existência de objetos simples.

Em suma, uma das condições para que as proposições figurativas sejam possíveis é essa relação entre nomes e objetos, mas num sentido bem específico: como é necessário que as proposições sejam analisadas até um nível atômico, isto é, até seus nomes simples, os fatos também devem poder ser analisados até um nível atômico, isto é, até seus objetos simples.

¹⁷ A seguinte sequência de aforismos expressa essa tese:

2.02 “O objeto é simples.”

2.0201 “Todo enunciado sobre complexos pode-se decompor em um enunciado sobre as partes constituintes desses complexos e nas proposições que os descrevem completamente.”

2.021 “Os objetos constituem a substância do mundo. Por isso não podem ser compostos.”

2.0211 “Se o mundo não tivesse substância, ter ou não sentido uma proposição dependeria de ser ou não verdadeira uma outra proposição.”

2.0212 “Seria então impossível traçar uma figuração do mundo (verdadeira ou falsa).”

2.022 “É óbvio que um mundo imaginário, por mais que difira do mundo real, deve ter algo – uma forma – em comum com ele.”

2.023 “Essa forma fixa consiste precisamente nos objetos.”

2.0231 “A substância do mundo só *pode* determinar uma forma, e não propriedades materiais. Pois estas são representadas apenas pelas proposições – são constituídas apenas pela configuração dos objetos.”

Doravante, pressupõe-se que existem objetos simples. Como se verá no subcapítulo dedicado às consequências ontológicas do *Tractatus*, essa pressuposição é problemática.

De todo modo, passemos à teoria do sentido da proposição.

3.4.2 Teoria Vericondicional

Viu-se que os nomes são ligados aos objetos nomeados por convenção, e, depois disso, pode-se, de certo modo, afastar-se do mundo e se manter apenas na linguagem, já que os nomes *estão no lugar* dos objetos. Ocorre justamente o contrário com a proposição. A constituição da proposição abrange a possibilidade de ser verdadeira ou falsa, e essa parte da proposição só pode ser averiguada se for sempre mantido o elo entre linguagem e realidade. Por mais que a significação da proposição não dependa da verdade dela, depende sim de sua bipolaridade, ou seja, depende da *possibilidade* de ser verdadeira ou falsa – e tal possibilidade pressupõe a permanência da ligação entre o que é dito das coisas do mundo e as próprias coisas ditas. A proposição significa a combinação, numa afirmação, entre os nomes que a constitui, *significando complexamente* (Cf. SANTOS, 2008, p. 24).

A teoria pictórica da linguagem se relaciona profundamente com a concepção lógica de linguagem, introduzido por Russell e Frege. Pois um simbolismo lógico está baseado, essencialmente, em proposições elementares, e aquela teoria explica como uma proposição desse tipo pode ser significativa e verdadeira: “[...] uma proposição elementar tem sentido se ela tem condições de verdade (se ela mostra um estado de coisas possível), e é verdadeira se essas condições estão satisfeitas (se o estado de coisas existe)” (SCHMITZ, 2004, p. 107). Todavia, não se pode dar qualquer exemplo de uma proposição elementar, porque, ainda que devamos aceitar que os objetos simples existem, aos quais se referem os nomes simples que compõem uma proposição elementar, é impossível especificar o que eles são.

Embora não podermos dar algum exemplo de uma proposição elementar no presente trabalho, acredito podermos falar um pouco mais de como o sentido de uma proposição é anterior a sua veracidade. Uma figura falsa não é, necessariamente, uma figura sem sentido – e, por isso, é possível dizer o falso. Ser significativa, aliás, é uma das condições da veracidade de uma figura: somente a entendendo podemos saber se o que ela diz é o caso ou não, comparando a figura com o fato.

Diante de uma proposição, não é necessário averiguar como se constitui a realidade – ou, mais precisamente, o estado de coisas ao qual ela se refere – para dizermos se a entendemos ou não. A proposição “O carro da Ford é azul” é *entendível* sem que sequer

necessitarmos identificar algum carro da Ford, identificar sua cor e, por fim, se o que diz a proposição é, de fato, verdadeiro ou não – tendo como definição de verdade a correspondência entre a linguagem e o mundo. É entendível dizer “O filho mais velho de Maria se casou com a mulher de Magdala”, ao contrário de “O Muiraquitã é uma árvore de fogo que faz mais barulho do que todas as cores do alfabeto”. Apesar da estrutura da última frase ser comum, os seus componentes se relacionam de uma maneira impossível: não poderia haver uma árvore composta de fogo; se houver, não deveria fazer barulho; se fizer, não poderia ser comparada, em termos sonoros, com cores; e se pudesse, não poderíamos nos referir à coloração do alfabeto. Portanto, não é da própria estrutura de uma proposição que retiramos o sentido dela.

Com efeito, a primeira frase é facilmente entendida, mesmo que possa não ser verdade. Para que o seja, precisaria haver um filho mais velho de Maria, a própria Maria, uma mulher de Magdala e, por fim, ele e ela deveriam ter se unido em matrimônio. Mas, é inegável que *não é necessária toda essa averiguação da veracidade da proposição para que ela possua sentido.*

Sentido e verdade da proposição, pois, são separáveis. Há uma independência do sentido de uma proposição em relação a sua verdade (Cf. SANTOS, 2008, p. 55-56). Ora, dentro da filosofia da linguagem de Wittgenstein, podemos encontrar uma explicação para porque o sentido ocorre na primeira proposição e não na segunda. Resumidamente, os elementos que compõem a primeira – filho de, a mulher de tal lugar, a ação de se casarem... – são *possíveis* no mundo efetivo, mundo factual, realidade. Ou seja, os elementos da proposição e modo em que foram relacionados está correto, mesmo que o mundo não tenha um estado de coisas correspondente. No caso da segunda proposição, os seus elementos e o modo que estão relacionados não é correto, por motivos já apresentados acima, isto é, o alfabeto não tem cores, cores não soam, árvores não são feitas de fogo, *et caetera*. Se, claro, desconsiderarmos o caráter metafórico da linguagem.

Portanto, verdade e sentido de uma proposição são coisas distintas, mas que têm certamente uma ligação. E, para que carreguemos uma proposição com sentido, seus elementos devem estar de uma maneira *possivelmente verdadeira*, respeitando-se as propriedades deles e, conseqüentemente, a possibilidade de toda a proposição ser ou não verdadeira.

O princípio da independência do sentido, apresentado no *Tractatus*, é defendido por Wittgenstein numa versão forte. Aqui, uma proposição necessariamente deve ser ou verdadeira ou falsa, isto é, deve ser uma das duas: “[...] se uma proposição tem sentido,

devem estar completa e incondicionalmente determinadas suas condições de verdade. Um sentido proposicional indeterminado não é um sentido proposicional. Esse é o postulado da determinação do sentido, a que Wittgenstein se refere no *Tractatus*” (_____, 2008, p. 56).

As teorias do sentido do *Tractatus* podem ser resumidas no seguinte modo: na proposição elementar enquanto figuração lógica, os nomes estão no lugar das coisas que compõem um estado de coisas. A proposição e o fato compartilham a mesma forma lógica. A proposição mostra seu sentido ao afirmar o que seria o caso se ela for verdadeira. O seu sentido é anterior a sua veracidade. Ao nível dos nomes, estes possuem somente referência, e não sentido próprio – concepção chamada “Teoria Referencial do Sentido”. Ao nível da proposição, seu sentido são as suas condições de verdade, isto é, apreendemos o sentido de uma proposição se apreendermos o que será o caso se for verdade o que ela afirma. Essa teoria do sentido, em relação à frase, é conhecida como “Teoria Vericondicional do sentido”. A forma lógica, embora possibilite que a proposição possa ser significativa, não pode ser dita (Cf. SCHMITZ, 2004, p. 99-100).

A concepção wittgensteiniana de que o sentido de um enunciado é suas condições de verdade é inspirado em Frege, e, tal qual este, Wittgenstein afirma que “compreender um enunciado é compreender sob que condições é verdadeiro; o sentido de um enunciado consiste nas suas condições de verdade” (*apud* PENCO, 2006, p. 85). O sentido é ligado, pois, à compreensão.

Antes de adentrar no próximo tópico, sobre os três tipos de proposições a partir da teoria vericondicional, considero interessante acentuar um pouco o que Wittgenstein pensa, pelo que se viu, do que seria a *verdade*. Acima foi mostrado que o sentido de uma proposição é, digamos, anterior a sua verdade ou sua falsidade, pois, para ser significativa, uma proposição precisa *poder ser* verdadeira ou falsa; ou seja, ter condições de verdade. Mas, a veracidade ou falsidade da proposição somente é determinada avaliando-se o fato possível que ela afirma ser o caso. Em resumo, se for o caso, então a proposição é verdadeira. Se não for, então ela é falsa¹⁸. Por essa necessidade de comparação com o mundo para se dizer se uma proposição é verdadeira ou não, então podemos concluir que não há uma proposição *a*

¹⁸ Os aforismos a seguir se referem à concepção de verdade de Wittgenstein:

2.21 “A figuração concorda ou não com a realidade; é correta ou incorreta, verdadeira ou falsa.”

2.22 “A figuração representa o que representa, independentemente de sua verdade ou falsidade, por meio da forma de afiguração.”

2.221 “O que a figuração representa é seu sentido.”

2.222 “Na concordância ou discordância de seu sentido com a realidade consiste sua verdade ou falsidade.”

2.223 “Para reconhecer se a figuração é verdadeira ou falsa, devemos compará-la com a realidade.”

2.224 “Não é possível reconhecer, a partir da figuração tão-somente, se ela é verdadeira ou falsa.”

a priori verdadeira, como Wittgenstein afirma no aforismo 2.225¹⁹, e que – e isso é que nos é importante aqui – o conceito de verdade apresentado pelo filósofo é o de *correspondência*. Ou seja, uma afirmação é verdadeira se o que ela afirma ser o caso é, de fato, o caso.

Por isso, só há duas possibilidades de valor de verdade de uma proposição elementar: como sua veracidade é avaliada única e exclusivamente pela comparação com o fato atômico afigurado por ela, então a proposição elementar só pode ser ou verdadeira ou falsa, sem qualquer outra possibilidade. Porque, se o estado de coisas afigurado por ela for o caso, então ela é verdadeira. Qualquer outra situação, ao contrário, torna a proposição falsa. Essa bipolaridade da proposição servirá de base para a concepção mais estritamente lógica, isto é, compreendendo-a como função de verdade dos valores de verdade de seus elementos (tema abordado no subcapítulo 2.5.1).

3.5 Três consequências da teoria vericondicional

Sendo, como se viu acima, o sentido de uma proposição suas condições de verdade, há três tipos subseqüentes de enunciados: a) enunciados *com sentido* (*sinnvoll*): eles descrevem estados de coisas possíveis; b) enunciados *desprovidos de sentido* ou *sem sentido* (*sinnlos*): nada descrevem e não dependem do mundo (as proposições da lógica, a saber, a tautologia e a contradição, são exemplos); e c) enunciados *sem sentido* ou *contrassenso* (*unsinnig*)²⁰: tentam figurar um fato impossível (Cf. _____, 2006, 86-87).

Quando transformamos a proposição “Carlos é pai de Maria” em Pcm ²¹, apreendemos que ela é uma figura²². Nosso modo de figurar um estado de coisas, em qualquer figuração, se utiliza de convenções. Essa convenção, porém, tem limitações. Um simbolismo mal estruturado pode permitir figuras não-significativas. Um exemplo disso são as linguagens ordinárias. As regras gramaticais da linguagem ordinária permitem criarmos proposições que, primeiramente, parecem significativas, embora falsas, mas que, após uma análise lógica,

¹⁹ 2.225 “Uma figuração verdadeira *a priori* não existe.”

²⁰ Sobre as traduções de “*sinnvoll*”, “*sinnlos*” e “*unsinnig*”: há diferentes traduções dessas três palavras em diferentes comentadores. No texto de Luiz Henrique Lopes dos Santos, elas são traduzidas, respectivamente, como “com sentido”, “sem sentido” e “contrassenso”. No texto de Carlos Penco, como “com sentido”, “desprovidas de sentido” e “sem sentido”. Com efeito, “sem sentido” para um traduz “*sinnlos*” e, para outro, traduz “*unsinnig*”. Por convenção, resolvi adotar a tradução de Santos, mas sempre que possível trago à tona os termos no original.

²¹ Utilizo-me aqui da linguagem artificial utilizada pelo cálculo de predicados de primeira ordem. No exemplo acima, a proposição escrita na linguagem natural é transformada em “ Pcm ”. Os dois indivíduos citados (Carlos e Maria) são designados por meio de constantes individuais, a saber, c e m , e a relação entre eles (x é pai de y) é designado pelo termo Pxy , sendo x e y variáveis.

²² 4. 012 “É óbvio que percebemos uma proposição da forma ‘ aRb ’ como figuração. Aqui o sinal é obviamente um símile do designado.”

revelam-se inclusive sem sentido algum, pois nada falam. A proposição “Um vento sólido queimou o teto da música” é gramaticalmente correta, mas qual o seu sentido? Ela não é simplesmente falsa, mas, antes de tudo, não possui sentido algum, uma vez que não há condição alguma em que o que ela afirma ocorra (Cf. SCHMITZ, 2004, p. 102-103).

É por isso que podemos pensar que certas proposições gramaticalmente corretas são significativas, e, portanto, pressupomos que são verdadeiras ou falsas. Mas, quando analisadas logicamente, mostram-se como sem sentido. Esse é o problema das proposições da filosofia, da ética, da metafísica – o que vai ser mais explorado especificamente na Capítulo III do presente trabalho, já que a crítica a estas é um tipo de consequência do conceito de linguagem apresentado por Wittgenstein no *Tractatus Logico-Philosophicus*.

Por fim, faz-se necessário lembrar que nem tudo que escrevermos ou falarmos *como* uma proposição será uma proposição. Para ser proposição, ao sinal proposicional (isto é, a concatenação de sons, na fala, ou as inscrições gráficas, na escrita) se assoma a projeção de um fato na proposição. Pressupõe-se a relação figurativa para ser proposição. Ao se projetar – entendendo-se a projeção como o ato de determinar se os elementos e forma de uma figura é similar a uma outra – um fato possível num sinal proposicional, estabelece-se se se trata realmente de uma proposição. Em suma, é averiguar se há realmente uma relação figurativa: “[a] proposição é o sinal proposicional em sua relação projetiva com o mundo [...]” (SANTOS, 2008, p. 70).

A proposição é, pois, uma parcela do mundo levada à linguagem, à sua interface sensorial. Uma proposição é proposição se e somente se houver tal projeção do mundo. Somente assim poderemos dizer que ela é uma figura fiel de um fato. É somente por esse viés que podemos dizer que, se uma proposição não é figuração possível do mundo, então ela nem sequer é uma proposição, mas uma *pseudoproposição*.

3.5.1 A proposição como função de verdade

Antes de adentrarmos especificamente na análise dos três tipos de proposição decorrentes da teoria vericondicional, creio ser necessário discorrer sobre a outra face da proposição apresentada no *Tractatus*: além de ser figuração do fato, a proposição é também função de verdade. Essa concepção pode ser chamada de “Verifuncionalismo” (Cf. SCHMITZ, 2004, p. 109). Ao meu ver, é necessário apresentá-la antes porque aos três tipos de proposição decorrentes da teoria vericondicional correspondem, em certa medida, três tipos de proposição decorrentes do verifuncionalismo.

Mas, o que é para uma proposição ser função de verdade?

A análise atômica de Wittgenstein depende de sua concepção do que seja o sentido da proposição, a saber, suas condições de verdade. O conhecimento dos valores de verdade das proposições elementares, em tese alcançável pelo atomismo lógico, possibilitaria o conhecimento *a priori* do valor de verdade de uma proposição molecular composta delas. Wittgenstein, tendo como base o princípio de composicionalidade de Frege, conseguiu mostrar um método de decisão pelo qual se pode decidir o valor de verdade das proposições moleculares, sendo estas, doravante, consideradas funções de verdade das proposições atômicas que as constituem²³. Desse modo, Wittgenstein tem, pois, uma “visão extensional da lógica”: o valor de verdade e a extensão de um enunciado são a mesma coisa. Segundo o Princípio de Extensionalidade, a extensão das partes que compõem um enunciado determina a extensão do próprio enunciado (Cf. PENCO, 2006, p. 84-85).

“Respondendo” a uma pergunta não respondida no *Principia Mathematica* (1910-1913), Wittgenstein explica, por meio de sua teoria da linguagem, a natureza da necessidade lógica: levando-a ao nível das proposições, ele defende que as proposições logicamente necessárias são “[...] um tipo de subproduto do uso ordinário das proposições para fatos estatais” (PEARS, 2003, p. 812). Toda proposição, pensada como função de verdade, deve, em última instância, estar inclusa em uma dessas três possibilidades: proposição *contingente*, proposição *contraditória* e proposição *tautológica*.

Em suma, uma proposição cuja verdade é definida pelas verdades de outras, mais elementares, é chamada por Wittgenstein de função de verdade²⁴. Ou seja, o seu valor de verdade depende das verdades das proposições elementares que a compõem, embora também se pode dizer que “toda proposição elementar é função de verdade de si mesma” (SANTOS, 2008, p. 77), pois a verdade de seus elementos constituintes determina a verdade de toda a proposição. Mas, pensando exclusivamente as proposições moleculares como função de verdade de proposições elementares, podemos ver, por meio de uma simples tabela de verdade, o que significa para ela ser função de verdade de seus componentes.

Tomemos como base a função 2^n , onde n corresponde ao número das proposições elementares. Se tivermos duas proposições elementares, p e q , temos 2^2 . Consequentemente, quatro possibilidades.

²³ 5 “A proposição é uma função de verdade das proposições elementares.
(A proposição elementar é uma função de verdade de si mesma).”

²⁴ 3.318 “A proposição, concebo-a – à maneira de Frege e Russell – como função das expressões nela contidas.”

p	∧	q
V	V	V
V	F	F
F	F	V
F	F	F

Na coluna destacada, percebemos os possíveis valores de verdade da proposição molecular “ $p \wedge q$ ”. Por esta tabela, percebe-se que esses valores de verdade somente são alterados casos os valores de verdade de suas proposições constituintes se alterem. Nesse, a proposição molecular, enquanto função de verdade, “[...] se define inteiramente pelas possibilidades de verdade ou falsidade conjunta dessas proposições que ela apresenta como não realizadas” (_____, 2008, p. 81). A coluna em negrito assinala os valores da proposição molecular determinados pelos valores das proposições atômicas assinalados nas colunas da direita e da esquerda. *A priori*, por meio da tabela de verdade, pode-se conhecer todas as funções de verdade de n proposições elementares. $[p\Box, \xi\Box, N(\xi\Box)]$ é a forma geral da proposição²⁵. Como define o próprio Wittgenstein, no sinal “ $(\xi\Box)$ ”, “ ξ ” significa “[...] uma variável cujos valores são os termos da expressão entre parênteses; e o traço sobre a variável indica que ela substitui todos os seus valores entre os parênteses”²⁶. Quanto ao sinal $N(\xi\Box)$, Wittgenstein o define como “[...] a negação de todos os valores da variável proposicional ξ ”²⁷.

²⁵ 6.001 “Isso nada diz senão que toda proposição é um resultado da aplicação sucessiva da operação $N(\xi\Box)$ às proposições elementares.”

²⁶ 5.501 “Uma expressão entre parênteses cujos termos sejam proposições, indico-a – se a seqüência dos termos entre os parênteses for irrelevante – por meio de um sinal da ‘ $(\xi\Box)$ ’. ‘ ξ ’ é uma variável cujos valores são os termos da expressão entre parênteses; e o traço sobre a variável indica que ela substitui todos os seus valores entre os parênteses.

(Portanto, se ξ tem, digamos, os 3 valores P, Q, R , então $(\xi\Box) = (P,Q,R)$.)”

Os valores da variável são fixados.

A fixação é a descrição das proposições que a variável substitui.

Como se descrevem os termos da expressão entre parênteses não é essencial.

Podemos distinguir três espécies de descrição: 1. A enumeração direta. Nesse caso, podemos simplesmente colocar, no lugar da variável, seus valores constantes. 2. A especificação de uma função fx , cujos valores para todos os valores de x sejam as proposições a serem descritas. 3. A especificação de uma lei formal segundo a qual tais proposições sejam constituídas. Nesse caso, os termos da expressão entre parênteses são todos os termos de uma série formal.

²⁷ 5.5 “Toda função de verdade é um resultado da aplicação sucessiva da operação
(-----V)(ξ, \dots)

a proposições elementares.

Essa operação nega todos as proposições entre os parênteses da direita e chamo-a a negação dessas proposições.”

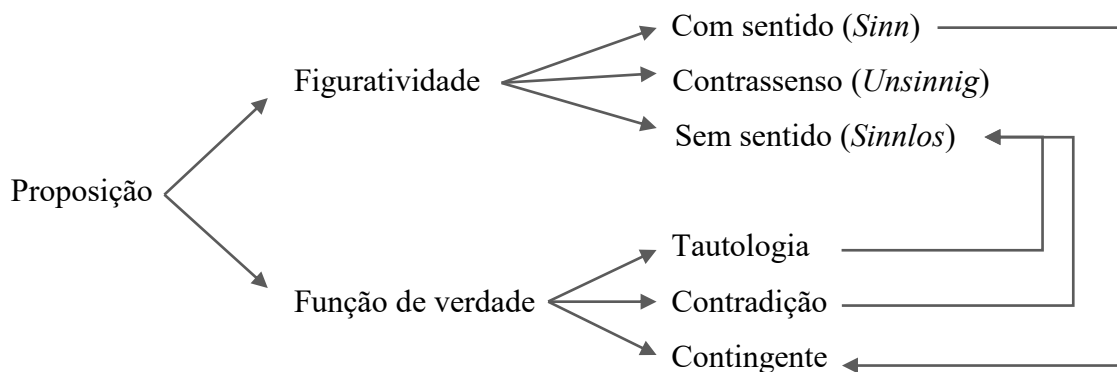
5.502 “Escrevo, portanto, ‘ $N(\xi\Box)$ ’, ao invés de ‘ $(-----V)(\xi, \dots)$ ’.

$N(\xi\Box)$ é a negação de todos os valores da variável proposicional ξ .”

Por exemplo, se a variável tem apenas p como valor, então $N(\xi \square) = \sim p$ (não p). Essa forma “[...] permite construir, a priori, uma forma a partir de outras formas por meio da única operação ‘rejeição’. Nesse sentido, ela não diz nada sobre essas formas, mas se contenta em mostrá-las” (SCHMITZ, 2004, p. 119).

Como se verá a seguir, a face da proposição na qual ela é função de verdade produz três tipos lógicos de proposição, tendo como base a tabela de verdade de cada uma. Enquanto a face da proposição na qual ela é figuração do mundo produz três tipos de proposição, tendo como base seu sentido. É interessante, além disso, mostrar como esses seis tipos de proposições se relacionam, tanto com os de uma mesma face da proposição quanto com os da outra face. Acredito poder ilustrar isso por meio da seguinte tabela, cuja explicação será o objetivo dos próximos subcapítulos:

Tabela representando os dois aspectos do conceito lógico de proposição



3.5.2 Tipos de proposições: pela verifuncionalidade e pela figuratividade

Seguindo em certa medida a concepção de que o valor de verdade dum proposição composta é uma função dos valores de verdade de suas proposições componentes, Wittgenstein delimita as proposições que podem ser chamadas de *contingentes* e aquelas que, realmente, podem ser consideradas como *necessárias* (Cf. PEARS, 2003, p. 813). Para mostrar essas distinções, usaremos um artifício que o próprio filósofo utilizara no *Tractatus*: a tabela verdade.

Resumidamente, numa tabela verdade uma proposição é vista, exclusivamente, em sua bipolaridade, isto é, sua característica intrínseca de ser ou verdadeira ou falsa, sem uma

terceira opção. Valendo-se, além disso, dos *conectivos lógicos* para unir as proposições elementares, Wittgenstein avalia o valor de verdade de proposições compostas.

Quadro 1: tabela verdade de uma proposição contingente.

p	q	r	$\neg p$	\wedge	(q	\vee	r)
V	V	V	F	F	V	V	V
V	V	F	F	F	V	V	F
V	F	V	F	F	F	V	V
V	F	F	F	F	F	F	F
F	V	V	V	V	V	V	V
F	V	F	V	V	V	V	F
F	F	V	V	V	F	V	V
F	F	F	V	F	F	F	F

A coluna destacada mostra o valor de verdade da proposição $\neg p \wedge (q \vee r)$. Compreendemos que tal proposição é *contingente*, uma vez que seus valores de verdade variam entre falso e verdadeiro. Cada linha representa uma situação possível – ou mundo possível –, sempre tendo em vista o valor de verdade de suas proposições elementares (p, q, r) e o modo em que se articulam de acordo com os conectivos lógicos²⁸. Podemos entender que a proposição $\neg p \wedge (q \vee r)$ pode ser verdadeira numa determinada situação ou determinado mundo, como também *poderia* ser falsa: “Tudo que uma proposição apresenta como real pode não ser real” (SANTOS, 2008, p. 55). É esta abertura à possibilidade que torna a proposição contingente, mesmo que, numa determinada situação ou determinado mundo, ela seja, por exemplo, verdadeira.

Nesse sentido, já dá para compreender que uma proposição não contingente, isto é, *necessária*, não pode dar abertura a esta possibilidade. Uma proposição necessária, literalmente, deve ter um mesmo valor de verdade em todas as situações possíveis. Ou – atijando um pouco a imaginação –, uma proposição necessária tem um mesmo valor de verdade em qualquer um dos mundos possíveis. Daí Wittgenstein afirmar que a lógica não se preocupa com o mundo factual, isto é, com, especificamente, alguma das linhas da tabela verdade acima. A lógica, ao não se preocupar com um dos mundos possíveis, foca sua atenção, concomitantemente, a todos os mundos possíveis que podem ser representados numa

²⁸ Tomo como pressuposto o conhecimento das características e dos modos de uso dos conectivos lógicos dentro de uma tabela verdade.

tabela verdade²⁹. Daí, enfim, o filósofo afirmar que a lógica é transcendental³⁰. Observemos as tabelas verdade das duas formas de proposições necessárias, a *contradição* e a *tautologia*.

Quadro 2: tabela verdade de uma proposição tautológica.

P	Q	(p	\wedge	q)	\leftrightarrow	(q	\wedge	p)
V	V	V	V	V	V	V	V	V
V	F	V	F	F	V	F	F	V
F	V	F	F	V	V	V	F	F
F	F	F	F	F	V	F	F	F

Quadro 3: tabela verdade de uma proposição contraditória.

P	Q	(p	\rightarrow	q)	\wedge	\neg	(p	\rightarrow	q)
V	V	V	V	V	F	F	V	V	V
V	F	V	F	F	F	V	V	F	F
F	V	F	V	V	F	F	F	V	V
F	F	F	V	F	F	F	F	V	F

No Quadro 2, vemos que *em todos os mundos possíveis* a proposição é verdadeira. No Quadro 3, que *em nenhum mundo possível* a proposição pode ser verdadeira. Desse modo, pois, Wittgenstein mostra uma explicação do que seria uma *necessidade lógica*. Em outras palavras, por meio da tabela verdade, ele conseguiu mostrar quando podemos dizer que uma proposição é *necessariamente* verdadeira ou falsa. As proposições desse tipo são as proposições lógicas, classificadas como sem sentido, pois seu valor de verdade independe de qualquer mundo possível.

A tautologia permite todos os possíveis estados de coisas, a contradição, não permite nenhum. É nesse sentido, pois, que as proposições necessárias são resultado de certas

²⁹ 6.124 “As proposições lógicas descrevem a armação do mundo, ou melhor, representam-na. Não ‘tratam’ de nada. Pressupõem que nomes tenham significado e proposições elementares tenham sentido: e essa é sua ligação com o mundo. É claro que algo sobre o mundo deve ser denunciado por serem tautologias certas ligações de símbolos – que têm essencialmente um caráter determinado. É isso que é decisivo. Dissemos que muito nos símbolos que usamos seria arbitrário, muito não seria. Na lógica, só o que não é arbitrário exprime: isso quer dizer, porém, que na lógica *nós* não exprimimos, com a ajuda dos sinais, o que queremos, mas o que enuncia na lógica é a própria natureza dos sinais necessários por natureza: se conhecermos a sintaxe lógica de uma notação qualquer, já estão dadas então todas as proposições da lógica.”

³⁰ 6.13 “A lógica não é uma teoria, mas uma imagem especular do mundo.
A lógica é transcendental.”

interligações entre proposições factuais. PEARS (2003, p. 813)³¹ traça um tipo de genealogia das proposições necessárias a partir dessa natureza essencial:

Uma proposição factual, de acordo com Wittgenstein, é verdadeira ou falsa, sem terceira alternativa. Pois ele concorda com a teoria das descrições definidas de Russell: o fracasso de uma referência complexa simplesmente torna uma proposição falsa. Então, se duas proposições são combinadas para formar uma terceira proposição, composta, sua verdade ou falsidade simplesmente dependerá da verdade ou falsidade de seus dois componentes. Agora suponha que queiramos descobrir se ela é realmente uma proposição contingente, factual, como seus dois componentes. O que queremos fazer é pegar os dois componentes e percorrer todas as suas combinações de verdade e falsidade, e descobriremos que já três possíveis resultados para esse teste. A proposição composta pode ser verdadeira para algumas combinações de valores de verdade de seus componentes, mas falsa para outras, nesse caso ela é uma proposição factual *contingente*. Ou ela pode resultar falsa para todas as combinações, nesse caso é uma *contradição*. Ou, finalmente, pode ser uma *tautologia*, verdadeira para todas as combinações (itálico meu).

A lógica é, pois, fundamentada por Wittgenstein numa compreensão semântica. A necessidade lógica, nesse caso, possui uma fundamentação. E isso possibilita a Wittgenstein rejeitar a obrigação de axiomatização da lógica: ao invés de tomar algumas proposições como mais fundamentais e cuja necessidade fundamentaria outras, o modo de Wittgenstein conceber a necessidade lógica permite que qualquer proposição pode ser tomada como necessária, contanto que sua tabela de verdade a mostre como em qualquer caso verdadeira ou em qualquer caso falsa. Esse afastamento da necessidade de demonstração da verdade de uma proposição lógica por meio de sua relação com axiomas leva Wittgenstein a defender que, se uma proposição é necessária, ou se duas proposições têm relações de implicação necessária, então isto se mostra. As proposições da lógica, portanto, não precisam ser demonstradas a partir de axiomas, mas elas mesmas mostram sua necessidade³². Todavia, afirma que essa

³¹ Todas as citações diretas feitas a esse autor passaram por tradução do inglês para o português feita por mim. Para não cometermos desvios de sentido do texto original, o apresentaremos em nota de rodapé todas as vezes que a nossa tradução ocupar o corpo do texto: “A factual proposition, according to Wittgenstein, is true or false with no third alternative. For he agreed with Russell’s theory of definite descriptions: failure of a complex reference simply makes a proposition false. So if two propositions are combined to form a third, compound, proposition, its truth or falsity will simply depend on the truth or falsity of its two components. Now suppose that we want to find out if it really is a contingent, factual proposition, like its two components. What we have to do is to take the two components and run through all their combinations of truth and falsity, and we will find that there are three possible

outcomes to this test. The compound proposition may be true for some combinations of the truth-values of its components but false for others, in which case it is a contingent factual proposition. Or it may come out false for all combinations, in which case it is a contradiction. Or, finally, it may be a tautology, true for all combinations”.

³² 6.126 “Pode-se calcular se uma proposição pertence à lógica calculando-se as propriedades lógicas do símbolo.

É o que fazemos quando ‘demonstramos’ uma proposição lógica. Pois, sem nos preocuparmos com um sentido e um significado, constituímos a proposição lógica a partir de outras segundo meras *regras notacionais*.

negação da necessidade de qualquer prova ou demonstração tornou-se um problema que Wittgenstein vai enfrentar em sua filosofia da matemática tardia (Cf. _____, 2003, p. 814).

No *Tractatus*, Wittgenstein lida com a proposição em duas perspectivas: pensando-a como função de verdade e como figuração. Falou-se até aqui somente na primeira. Vamos à segunda.

Diferentemente da perspectiva verifuncional, isto é, avaliando-se os valores na tabela de verdade, a perspectiva pictórica distingue três tipos de proposições a partir de suas relações com o sentido. Há aquelas que têm sentido (*sinnvoll*), aquelas que não têm sentido (*sinnlos*) e aquelas que são contrassenso, ou absurda (*unsinnig*). A tautologia e a contradição, por serem proposições necessárias, cujo valores de verdade independente de uma situação num dos mundos possíveis, são proposições sem sentido. Tautologias e contradições são proposições sintaticamente, não semanticamente. As proposições que são sintaticamente ilegítimas, porque algum(ns) dos seus termos constituintes não respeita certa regra sintática (como a proposição “O fogo molhado é belo”), também não são proposições ao nível semântico. Mas, diferem-se das proposições lógicas por serem *contrassenso*.

O interessante das proposições lógicas é que elas não se dirigem ao mundo: enquanto a tabela de verdade de uma proposição contingente mostra quais são as suas condições, a tautologia e a contradição não podem indicar em quais situações elas são verdadeiras ou falsas. Não há situação em que uma contradição seja verdadeira, nem em que uma tautologia seja falsa. Tais situações não são possíveis. Como, tal qual uma proposição significativa, a proposição lógica mostra suas propriedades e as relações internas dos símbolos; há aqui um *mostrar-se* daquilo que as leis de inferência clássicas da lógica tentavam *dizer*: com “ p ou $\sim p$ ” vemos o funcionamento do Princípio do Terceiro Excluído. Aplica-se as proposições lógicas à descrição do mundo porque elas conseguem facilitar o reconhecimento das relações internas existentes entre as proposições factuais, uma vez que ambos os tipos de proposições possuem parentescos sintáticos.

Diferentemente das proposições lógicas, as proposições contrassenso (*un-sinnig*) não têm sentido porque *querem* falar daquilo que não pode ser dito, isto é, daquilo que não pode constituir um estado de coisas possível. Nesse sentido, uma proposição contrassenso não tem condições de verdade (o que significa também que não pode ser expressa numa tabela de

A demonstração das proposições lógicas consiste em fazermos que resultem de outras proposições lógicas por meio da aplicação sucessiva de certas operações que, a partir de tautologias iniciais, sempre gerem nova tautologias. (E, com efeito, de uma tautologia *seguem-se* apenas tautologias.)

Naturalmente, essa maneira de mostrar que suas proposições são tautologias não é de modo algum essencial para a lógica. Já porque as proposições de que parte a demonstração devem mostrar, sem demonstração, que são tautologias.”

verdade) e, portanto, não dizem nada. Apesar de podermos distinguir três tipos de proposição (contingente, sem sentido e contrassenso), não podemos dizer corretamente que um contrassenso seja uma proposição, porque não cumpre o rigor sintático, não podendo, pois, ser símbolo (Cf. SANTOS, 2008, p. 87-88). Por isso, pode-se chamá-las de *pseudoproposições*. Essa descrição negativa pode ser aplicada, portanto, a toda e qualquer proposição que queira dizer mais do que é possível ser dito. É o caso, por exemplo, da metafísica, da filosofia, da ética e da estética: “[...] os enunciados da *metafísica* têm a pretensão de descrever o mundo e são, por conseguinte, desorientadores. Os enunciados da *filosofia* são um *nonsense* evidente, de tal sorte que alguém que os acompanhou os reconhece como destituídos de significado e aprende como usar corretamente a linguagem” (PENCO, 2006, p. 87).

Mas as consequências desta delimitação entre o que pode ser dito e o que não pode será abordada mais a frente, no Capítulo III. Cabe-nos agora dizer o que é uma proposição contingente. Se observarmos a tabela de verdade (ou tabela verdade) da proposição contingente exemplificada mais acima, veremos que há situações em que ela *pode* ser verdadeira e outras em que ela *pode* ser falsa. Essa dupla possibilidade, cujo determinante é a própria situação, faz com que haja condições pelas quais a proposição pode ser verdadeira. Por isso, somente a proposição contingente é significativa: porque sabemos o que é o caso se ela for verdadeira. Para que ela seja verdadeira, ao contrário de uma tautologia, a proposição contingente e significativa precisa mostrar uma parcela do mundo e afirmar algo sobre a configuração em que estão relacionadas certas coisas. Ou seja, a proposição contingente se refere a uma situação possível, ou a uma das que são possíveis, dizendo que ela é o caso. É nesse sentido que uma proposição é significativa porque se refere a um dos mundos possíveis (ou a um fato), enquanto uma proposição lógica (tautologia, contradição) não é significativa porque não se refere a mundo algum em específico, mas independe de qualquer situação do mundo para ter o valor-de-verdade que tem.

Num pequeno resumo, poderíamos dizer que: as proposições são definidas por Wittgenstein, tanto em sua perspectiva verifuncional quanto em sua perspectiva figurativa, em torno do valor de verdade delas. Pois, todas as proposições devem, necessariamente, *poder ser* ou verdadeira ou falsa. As tautologias e as contradições burlam isso de certo modo porque, invariavelmente, são, respectivamente, verdadeiras e falsas. As proposições contingentes podem ser falsas ou verdadeiras, dependendo da situação que afirma ser o caso. Ora, uma proposição só possui sentido se tiver condições de *verdade*. Como as tautologias e as contradições não variam seus valores de verdade de acordo com certas condições, elas não

têm sentido, mas nem por isso afirmam absurdos ou contrassensos. As proposições contrassensos, por afirmarem ou negarem algo sobre algo que não é um estado de coisas possível – ou seja, que não pode ser nunca um fato –, não podem ser verdadeiras, por mais que afirmem o serem.

No fundo, o que decorre destes tipos de proposições é uma acentuação do que pode ser dito significativamente e o que não pode ser dito.

3.6 Os limites da linguagem significativa

Uma das ideias mais centrais, e mais lembradas posteriormente, do *Tractatus Logico-Philosophicus* é a distinção entre o dizer e o mostrar, ou entre o que pode ser dito e o que não pode ser dito. Na verdade, o próprio Wittgenstein, no Prefácio da obra, acentua isso, afirmando ser essa a ideia geral dela. Ora, ao fazer isso, ele está, de certa forma, fazendo o que Kant não conseguira direito, isto é, delimitar o que é pensável (e, portanto, dizível) por outro meio que não o do próprio pensamento, já que estaríamos ultrapassando um limite para dizer até onde poderíamos ir, o que é absurdo. Por isso Wittgenstein recorre à linguagem: para ele, acentuar a lógica desta (e tendo como pressuposto que o pensamento nada mais é do que uma proposição significativa, como diz no aforismo 4)³³ e delimitar, *a priori*, até onde ela pode ir é delimitar até podemos expressar nossos pensamentos. Ao descrever o objetivo do *Tractatus*, Wittgenstein diz:

O livro pretende, pois, traçar um limite para o pensar, ou melhor – não para o pensar, mas para a expressão dos pensamentos; a fim de traçar um limite para o pensar, deveríamos poder pensar os dois lados desse limite (deveríamos, portanto, poder pensar o que não pode ser pensado). O limite só poderá, pois, ser traçado na linguagem, e o que estiver além do limite será simplesmente um contra-senso (p. 131).

Tendo em vista esse interesse, podemos pensar como Wittgenstein delimita o dizível, isto é, a linguagem significativa. É preciso ter sempre em mente, antes de tudo, que é impossível a um ser humano falar sobre aquilo que não é um fato possível. Todavia, dentro dessa filosofia da linguagem figurativa, como essa fala dessa pessoa hipotética não está se referindo a um estado de coisas possível e, portanto, não tem condições de verdade, então essa fala não passa de sinais sonoros sem sentido. Ou seja, não são tão diferentes de barulhos. Pensaríamos que ela fala algo plausível, ou significativo, porque somos enganados pela estrutura gramatical na qual a fala dela se baseia. Por isso o interesse profundo de

³³ 4 “O pensamento é a proposição com sentido.”

Wittgenstein (e também de Frege e Russell) com a forma lógica da linguagem e com um simbolismo acurado. É por isso que quando nos referirmos ao “dizível”, estaremos nos referindo sempre à *linguagem significativa*, no estrito sentido lógico, e não simplesmente àquilo que podemos escrever ou falar através de nossa gramática.

Nos aforismos 4.1121-4.116³⁴, lemos sobre como Wittgenstein pretendeu delimitar o pensável. Em sua crítica, discernimos que, para ele, os filósofos anteriores que buscaram também delimitar o que podemos pensar recorreram a meios psicológicos. Por isso ele afirma que a teoria do conhecimento é a filosofia da psicologia, e que aqueles filósofos acabaram se perdendo em discussões psicológicas “irrelevantes”. Como dissemos acima, Wittgenstein recorre, ao contrário, à linguagem. Para ele, delimitar o dizível é delimitar o pensável, e a filosofia “[...] significará o indizível ao representar claramente o dizível”. É por isso que há tanto cuidado lógico na determinação de Wittgenstein no *Tractatus* para saber o que pode, realmente, ser dito. Em certo sentido, ilumina-se ao máximo o que pode ser dito para, de canto de olho, vermos o que é sombra.

Ora, vimos no último subcapítulo que as proposições tautológicas e contraditórias são sem sentido, já que não possuem condições de verdade. As proposições contingentes são significativas porque as possuem. As proposições contrassenso nada dizem porque não têm condições de verdade. E que, embora as proposições lógicas (tautologia e contradição) não tenham sentido tal qual as proposições contrassenso, elas são aceitas, porque a lógica, embora não afirma nada de um mundo em específico, fala, em certo sentido, da forma possível subjacente a todos os mundos, uma vez que suas proposições são ou verdadeiras ou falsas *para todos os mundos possíveis*.

Portanto, o único tipo de proposição significativa é a proposição contingente. Esta fala de um fato possível. Para tal, ela precisa se referir às coisas do mundo factual, num nível elementar e num nível molecular. Ora, a área do conhecimento que se dedica a isso é a ciência natural, que fala dos fatos físicos, químicos, biológicos, etc. Por isso Wittgenstein afirma que

³⁴ 4.1121 “A psicologia não é mais aparentada com a filosofia que qualquer outra ciência natural.

A teoria do conhecimento é a filosofia da psicologia.

Meu estudo da linguagem por sinais não corresponderia ao estudo dos processos de pensar, estudo que os filósofos sustentaram ser tão essencial para a filosofia da lógica? No mais das vezes, eles só se emaranharam em investigações psicológicas irrelevantes, e um perigo análogo existe também no caso do meu método.”

4.1122 “A teoria darwiniana não tem mais a ver com a filosofia que qualquer outra hipótese da ciência natural.”

4.113 “A filosofia limita o território disputável da ciência natural.”

4.114 “Cumpra-lhe delimitar o pensável e, com isso, o impensável.

Cumpra-lhe limitar o impensável de dentro, através do pensável.”

4.115 “Ela significará o indizível ao representar claramente o dizível.”

4.116 “Tudo o que pode ser em geral pensado pode ser pensado claramente. Tudo que se pode enunciar, pode-se enunciar claramente.”

“4.113 [a] filosofia limita o território disputável da ciência natural”. Nesse sentido, só a ciência natural poderia produzir algo *dizível*, pois só ela se refere aos fatos de maneira significativa. Isso nos faz pensar: se *somente* a ciência natural pode ser um conhecimento dizível, então o que é que passa a ser afastado ao domínio do indizível? Ou, dito de outro modo: o que é que está no domínio do dizível apenas de maneira clandestina e enganosa?

No fundo, o que Wittgenstein faz aqui é indicar como certas coisas que tradicional e indiscriminadamente nos dedicamos a dizer não podem, por conta da própria forma essencial da linguagem, serem ditas, mas mostradas. Ou seja, há essa descoberta no *Tractatus*: certas coisas não podem ser ditas, apenas mostradas. Uma das coisas que não podem ser ditas é justamente aquilo que é condição da linguagem significativa: a forma lógica. Dizer significativamente a forma lógica seria, para a linguagem significativa, ir além de seus próprios limites. Por isso, a forma lógica não pode ser dita, mas apenas mostrada (Cf. 4.121). É por isso também que a proposição não pode dizer seu sentido: ela “4.022³⁵ [...] *mostra* seu sentido”.

Todavia, há coisas sobre as quais não podemos dizer, e, portanto, sobre elas, *devemos* nos calar. Esse silêncio, como veremos agora no Capítulo III, é imposto a certas áreas que jamais pensaríamos estar clandestinamente no domínio do dizível.

³⁵ 4.022 “A proposição *mostra* seu sentido.

A proposição *mostra* como estão as coisas *se* for verdadeira. E *diz que* estão assim.”

4 CAPÍTULO III: A LINGUAGEM QUE CERCEIA O MUNDO

Após a linguagem figurativa, seus elementos e suas capacidades terem sido delimitadas acima, veremos agora alguma de suas consequências. Por isso, após termos visto as características da linguagem enquanto fim, veremos as suas características enquanto meio. Em outras palavras: tendo a linguagem figurativa, que para Wittgenstein possuiria a máxima capacidade representativa, tais e tais capacidades e limites, o que podemos dizer com ela? E o que suas limitações nos fariam ter que calar? O elemento mais característico da linguagem figurativa é sem dúvida que, com ela, a dicotomia entre o dizível e o indizível se intensifica ao máximo, tanto que Wittgenstein, ciente deste contraste entre esses dois domínios, está sempre citando que algumas coisas podem ser ditas. Outras, ao contrário, só podem ser mostradas, pois a linguagem é ineficiente em representá-las. Daí a importância de analisarmos (embora não totalmente) as consequências dessa linguagem figurativa, que, conforme pretendo mostrar, tanto afigura o mundo quanto também o cerceia.

4.1 Ciência

Ao dar certa especificidade à lógica e a suas proposições, bem como à necessidade, Wittgenstein está falando também da ciência (natural), já que, conseqüentemente, retira-se desta qualquer proposição necessária. Uma lei real precisa estar baseada na necessidade, mas somente a lógica pode possuir alguma necessidade, de modo que as leis da ciência somente podem ter “a forma de uma lei”³⁶. Como fica a situação da ciência, pois, no *Tractatus*?

³⁶ 6.32 “A lei de causalidade não é uma lei, mas a forma de uma lei.”

Todavia, como ele restringe toda necessidade ao âmbito da lógica, ele está se referindo também à matemática.

É preciso estabelecer aqui, novamente, que as proposições necessárias somente ocorrem na lógica, e essa necessidade não é senão uma vacuidade de sentido nelas. Pois isso irá determinar o estatuto das proposições matemáticas. Como todas as proposições necessárias são lógicas (tautologia ou contradição), e as proposições lógicas nada dizem sobre o mundo, então qualquer proposição que se proponha como necessária não pode dizer nada. São exemplos de proposições lógicas:

$$\begin{array}{c} \text{Ou chove ou não chove} \\ C \vee \neg C \end{array}$$

$$\begin{array}{c} \text{Se é verdade que se chove, então faz frio, e que não faz frio, então não chove} \\ ((P \rightarrow Q) \wedge \neg Q) \rightarrow \neg P \end{array}$$

Se observarmos atentamente as duas proposições, ambas são verdadeiras *independentemente* de qualquer configuração de algum mundo determinado. Para dizer que algo é o caso ou não é caso não é necessário se referir a algum mundo em especial, mas, ao contrário, será verdadeiro em qualquer mundo possível. Nesse sentido, ambas são proposições necessárias, porque não há situação em que elas possam ser falsas. Todavia, como nenhuma das duas se refere a alguma situação possível em específico, então não possuem sentido. Portanto, essas proposições nada dizem: são *sinnlos*, sem sentido.

Coisa parecida ocorre na matemática. As proposições matemáticas, ao menos as da aritmética, são compostas de números: “[c]ada número é o conceito abstrato de uma determinada posição relativo numa série formal. [...] Números não são objetos, o papel dos símbolos numéricos não é introduzir números como constituintes de sentidos proposicionais” (SANTOS, 2008, p. 95-96). Não pretendemos aqui esmiuçar por completo o que Wittgenstein fala sobre a matemática dentro do *Tractatus*, mas, resumidamente, podemos dizer que o que ele concebe é que as proposições matemáticas, tal qual as proposições lógicas, não dizem nada. As equações matemáticas, nesse sentido, são similares às tautologias e às contradições. Todavia, como Wittgenstein as chama de “pseudoproposições”, de modo que, supostamente, não respeitam as regras semânticas, mas também não respeitam as regras sintáticas. Fica um tanto turvo o estatuto das proposições matemáticas, pois, se por um lado são

pseudoproposições e não exprimem nenhum pensamento³⁷, por outro, elas mostram a lógica do mundo, tal qual as proposições lógicas³⁸. De todo modo, é certo que Wittgenstein diz que a matemática é um dos métodos da lógica³⁹. Apresento os seguintes exemplos de proposições matemáticas:

$$3^2 - 2 + 5 = 12$$

$$\frac{8}{2} = 4$$

Se analisarmos tais equações como fizemos com as proposições lógicas, vemos que a verdade decorrente delas não depende *em nenhuma medida* de alguma situação de um mundo determinado: $3^2 = 3 \times 3 = 9$, $9 - 2 = 7$, $7 + 5 = 12$. A igualdade entre “12” e “ $3^2 - 2 + 5$ ” (e entre “8 dividido por 2” e “4”) não é contingente, pois. Desse modo, concebe-se que as proposições matemáticas são necessárias, pois são, em certo sentido, decorrentes da lógica. Talvez se possa dizer que esse pensamento de Wittgenstein é um eco do logicismo de Frege e de Russell, que, em momentos diferentes, tentaram fundamentar a matemática na lógica.

Passemos agora às proposições da ciência natural. Pelo símile das manchas pretas sobre um fundo branco e a rede quadrangular de medição⁴⁰, Wittgenstein exemplifica o que pensa da relação entre o mundo e os princípios fundamentais da ciência: por sermos limitados em nossa compreensão dos mínimos detalhes do mundo, construímos para nós métodos de

³⁷ 6.21 “A proposição da matemática não exprime pensamento.”

³⁸ 6.22 “A lógica do mundo, que as proposições da lógica mostram nas tautologias, a matemática mostra nas equações.”

³⁹ 6.2 “A matemática é um método lógico.

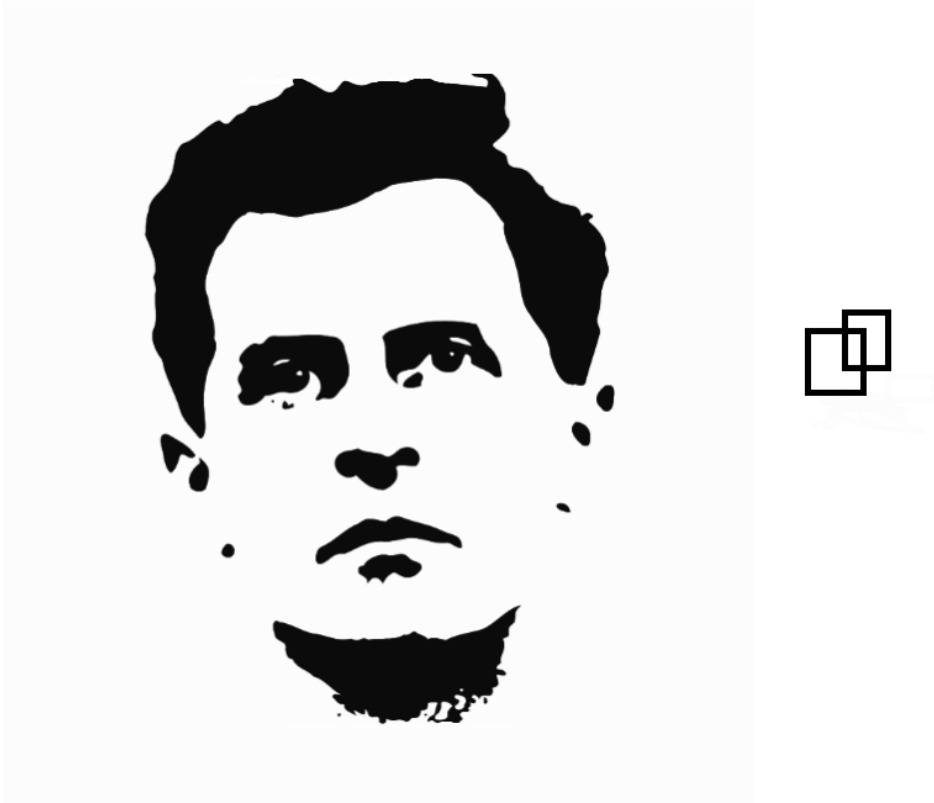
As proposições da matemática são equações; portanto, pseudoproposições”

⁴⁰ 6.341 “A mecânica newtoniana, por ex., põe a descrição do mundo numa forma unitária. Concebamos uma superfície branca sobre a qual houvesse manchas pretas irregulares. Dizemos, então: qualquer que seja a configuração que disso possa resultar, sempre poderei aproximar-me o quanto quiser de sua descrição recobrando a superfície com uma rede quadriculada de malhas convenientemente finas e dizendo, a respeito de cada quadrado, se é branco ou preto. Terei posto assim a descrição da superfície numa forma unitária. Essa forma é arbitrária, pois eu poderia ter utilizado com o mesmo sucesso, uma rede de malhas triangulares ou hexagonais. Pode ser que a descrição, com o auxílio de uma rede triangulada, se tornasse mais simples; ou seja, que pudéssemos, com uma rede triangulada de malhas mais grossas, descrever a superfície de maneira mais precisa do que o faríamos com uma rede quadriculada de malhas mais finas (ou vice-versa), e assim por diante. Às diferentes redes correspondem diferentes sistemas de descrição do mundo. A mecânica determina uma forma de descrição do mundo ao dizer: todas as proposições da descrição do mundo devem ser obtidas, de uma dada maneira, a partir de um certo número de proposições dadas – os axiomas mecânicos. Provê, desse modo, as pedras para a construção do edifício científico e diz: qualquer que seja o edifício que você queira levantar, deve construí-lo, da maneira que seja, com estas e apenas estas pedras.

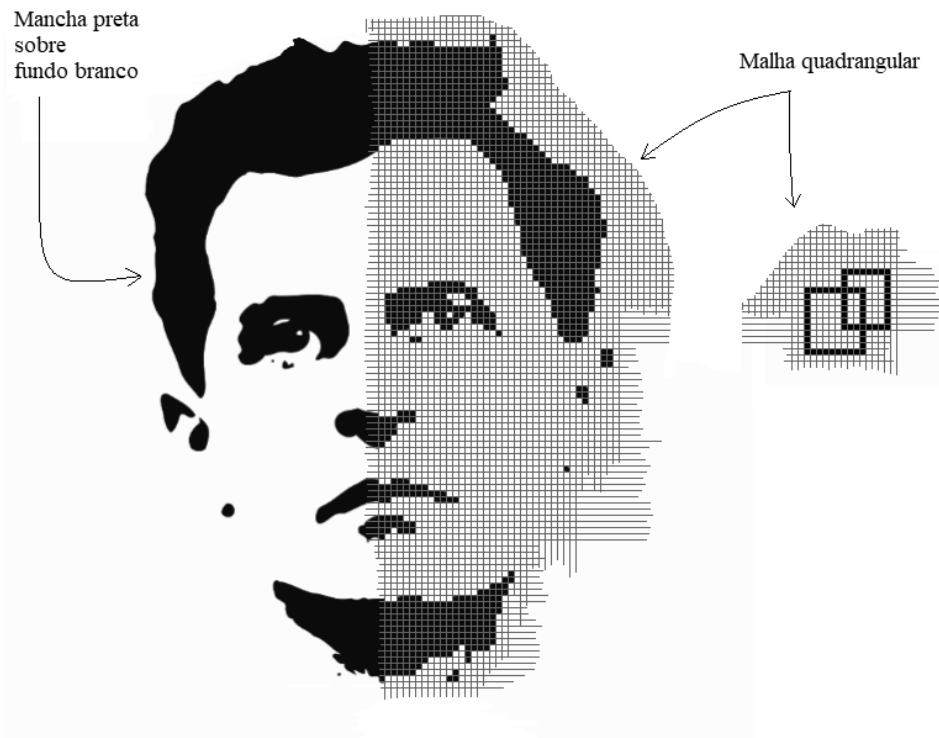
(Assim como se deve, com o sistema numérico, poder escrever qualquer número, deve-se, com o sistema de mecânica, poder escrever qualquer proposição da física.)

representação do mundo, que, se não são perfeitos, ao menos se aproximam da descrição completa do mundo.

Propomos as seguintes figuras abaixo como uma exemplificação do símile proposto por Wittgenstein:



Na imagem acima, vemos, à esquerda, manchas irregulares (que formam o rosto de Wittgenstein) e, à direita, duas formas geométricas perfeitas. O que Wittgenstein quer afirmar com o símile proposto é que, por meio de um método unitário da ciência (ou, dentro do símile, de uma malha quadrangular), não podemos descrever perfeitamente o mundo. Pois, se a malha tem como forma modelo o quadrado, então tudo o que ela quer descrever *tem* que se adequar à forma quadrática. Se a mancha é preta e está sobre um papel branco, então os quadrados precisarão ser, necessariamente, ou totalmente brancos, ou totalmente pretos, sem meio termo. A imagem mostra, pois, que a aplicação dessa malha na descrição somente se adequa perfeitamente às formas quadrangulares, pois elas, obviamente, podem ser analisadas mediante a forma quadrangular. No caso da mancha irregular, que tem em suas bordas uma ondulação desobediente e não geométrica, a malha acaba por descrever *imperfeitamente* ou *incompletamente*. Na imagem abaixo, podemos ver como a descrição quadrangular da mancha irregular acaba por deturpar a própria mancha, ao resumi-la a quadrados brancos e pretos.



Nesse sentido, a malha descreve o mundo de modo arbitrário. Para Wittgenstein (Cf. 6.341), ainda que utilizássemos uma malha triangular ou hexagonal, ao invés de uma quadrangular, ou se utilizássemos uma malha com quadrados ainda menores, estaríamos ainda longe de descrever a mancha de modo perfeito. Pode-se dizer que, para descrever a mancha de modo perfeito, precisaríamos traçar uma linha seguindo suas bordas, e não nos basearmos numa malha que resume tudo a uma forma geométrica essencial, seja o quadrado, seja o triângulo, seja o hexágono.

As leis científicas, como a causalidade ou as da mecânica, por exemplo, são proposições gerais que, nestes métodos de representação parcial do mundo, enunciam relações entre propriedades possíveis de eventos. Em suma, estas proposições gerais são hipóteses, que representam resumidamente inúmeras situações possíveis.

Sobre o princípio de indução, Wittgenstein segue a mesma perspectiva de Hume, isto é, afirma não haver nenhum fundamento lógico na afirmação de que os fatos vindouros serão necessariamente iguais aos fatos de hoje e os que aconteceram no passado. O processo de indução é usado como um expediente que não tem fundamento lógico, mas apenas psicológico⁴¹. No entanto, o princípio da indução é mantido como uma prescrição científica,

⁴¹ 6.363 “O processo de indução consiste em adotarmos a lei mais *simples* que se possa pôr em consonância com nossas experiências.”

isto é, as proposições elementares verdadeiras precisam ser generalizadas e o conjunto das generalizações reunido na forma mais simples possível. O princípio da causalidade e as leis científicas primitivas da mecânica estão baseadas nesta prescrição metodológica. Ou seja, seguem o preceito de que devemos buscar resumir da maneira mais simples e mais segura possível a nossa experiência do mundo. Tais proposições gerais não são, pois, necessárias, mas contingentes, adotadas por mera convenção.

Pelo fato de que, em última instância, um método de representação é escolhido, e não *descoberto*, não podemos dizer que algum método seja necessário, nem que seja o correto, mas apenas que cumpra com a prescrição metodológica, ou seja, seja o mais simples para descrever o mundo. Mas, se as descrições do mundo variam em simplicidade, podemos dizer que há de fato alguma *descrição completa do mundo*? As diferentes maneiras de descrição do mundo, por não serem necessárias, são, em última instância, arbitrárias, frutos da escolha humana. Porém, esta própria escolha corre próximo à configuração real do mundo. Pois, quando se percebe que um método de representação consegue descrever mais do mundo, e de maneira mais simples, então podemos dizer que este método se encaixa melhor à realidade – embora nunca possamos dizer que o próprio mundo nos dá o seu método próprio de descrição: não há leis intrínsecas à realidade, de modo que qualquer lei usada para descrever o mundo é apenas, irremediavelmente, uma aproximação. Somente a lógica pode ter legalidade (Cf. SANTOS, 2008, p. 97-100).

Por fim, reafirma-se: os princípios naturais não têm sentido, não são sequer proposições, do ponto de vista lógico. Por exemplo, o princípio de causalidade afirma *tudo tem uma causa*, o que “[...] é um contra-senso, pois pretenderia afirmar a existência de uma suposta espécie de conexão entre estados de coisas” (_____, 2008, p. 99), o que, dentro da ontologia do *Tractatus*, é impossível, já que os fatos atômicos são independentes entre si (Cf. 2.061). Mas, mesmo não tendo conteúdo empírico, nem sentido e, por não serem também proposições necessárias da lógica, os princípios naturais da ciência não são sequer proposições realmente, permanecendo em pé como estão somente por estarem baseadas na prescrição metodológicas.

Fazendo um comentário à concepção de ciência no *Tractatus*, acredito que, em certa medida, é possível ver em Wittgenstein uma certa aceitação do convencionalismo na ciência, tal como, entre outros, Thomas Kuhn fará posteriormente. Sob o conceito de paradigma de

6.3631 “Esse processo não tem, contudo, nenhum fundamento lógico, mas apenas psicológico.

É claro que não há nenhuma razão para acreditar que realmente ocorrerá o caso mais simples.”

6. 36311 “Que o Sol se levantará amanhã, é uma hipótese; e isso quer dizer: não *sabemos* se ele se levantará.”

Kuhn, vemos que este interpretava a história da ciência como uma contínua modificação, ou como uma história repleta de revoluções científicas, que destronam um paradigma e põem outro no lugar. Nesse sentido, cada época histórica sob o domínio de um paradigma terá uma *visão de mundo*. Se assim o for, então como poderemos falar de uma teoria científica *verdadeira*? No máximo poderemos falar de uma aproximação, se pressupormos que existe de fato um estado no qual teremos o conhecimento verdadeiro do universo. Kuhn, com essa visão de que há mudanças de paradigmas ao longo da história, aceita um convencionalismo na ciência. Ao meu ver Wittgenstein defende o mesmo no *Tractatus*, quando afirma que os métodos escolhidos, por exemplo, na física, poderiam ser outros, e que, se acharmos uma teoria científica que *se aplique melhor à realidade*, então poderemos mudar nossa visão do mundo abandonando a teoria antiga (Cf. 6.341).

Como resume bem GLOCK (1998, p. 85),

[...] o que [Kuhn] denomina “paradigma” científico, aquilo que determina o modo como uma teoria científica responde às evidências, Wittgenstein denomina FORMA DE REPRESENTAÇÃO. A primeira lei do movimento de Newton, por exemplo, não constitui uma proposição empírica ao alcance da mão; é, isso sim, uma “norma de representação”, que orienta a reação do físico às evidências recalcitrantes. Se um corpo não está em repouso ou em movimento retilíneo uniforme, postula-se que alguma massa atua sobre ele; não havendo massas visíveis, postulam-se “massas invisíveis”, como fez Hertz. A introdução de uma nova forma de representação (por exemplo, a revolução copernicana ou a idéia freudiana de “desejos inconscientes”) pode resultar de uma descoberta empírica, mas não constitui em si mesma uma descoberta imposta pelos fatos. Configura, em vez disso, a adoção de uma nova “notação”, por razões de simplicidade, poder explanatório, etc.

É nesse sentido que, ao meu ver, Wittgenstein possui uma concepção de ciência similar a de Thomas Kuhn. Entretanto, não é nossa intenção nos aprofundarmos na concepção de ciência do filósofo vienense, mas apenas apresentar rapidamente as consequências da concepção de linguagem apresentada no *Tractatus*. Nesse sentido, segue-se um breve resumo deste subcapítulo:

As proposições elementares são responsáveis das ciências naturais, unicamente. Por isso somente o discurso delas pode ser significativo e verdadeiro. A verdade de uma proposição elementar é decorrente unicamente da existência ou não do estado de coisas que ela afirma existir. Nesse sentido, as proposições elementares são independentes entre si, ou “interindependentes”. Por conta disso, não há relação necessária entre os fatos. A ciência natural, nesse sentido, não pode ser necessária. Daí que as leis da ciência natural, como a lei da causalidade, não são necessárias, mas contingentes.

Graças à verificabilidade, as proposições elementares podem constituir as proposições moleculares. O domínio destas é de responsabilidade da lógica, e de certo modo da matemática também, uma vez que ambas lidam com a forma da linguagem e do mundo. Somente entre as proposições moleculares pode haver relações necessárias, a saber, da tautologia e da contradição. Daí só haver necessidade lógica.

Como, pela figuração, não se “aprofunda” mais na essência das coisas e todas as proposições estão no mesmo nível, todas têm o mesmo *valor*. Este nivelamento ocorre porque todas as proposições, absolutamente, apenas dizem que os objetos do mundo estão combinados de tal e tal modo, ou “[...] mostra como está disposta a pequena porção do mundo que ela representa” (SCHMITZ, 2004, p. 130). Além de que, como dizer que têm valor os fatos do mundo se eles são necessariamente contingentes e acidentais?

Com efeito, a ciência natural, que lida com as proposições elementares, está lidando com o que é verdadeiro e significativo, mas nunca pode dizer que lida com aquilo que possui o maior valor. Os valores e as questões importantes da vida estão além das capacidades de significação da linguagem. Por isso, a ética não pode estar baseada numa metodologia científica: ela não pode dizer nada. Tanto ela quanto a metafísica e as perguntas pelo sentido da vida e do mundo são afastadas do domínio da linguagem figurativa.

Por fim, deve-se deixar claro que, apesar de Wittgenstein imputar certa importância ao conhecimento dos fatos por meio da ciência, e deixar somente com essa a tocha da significatividade, não podemos dizer que ele é um empirista. Na verdade, porque a lógica e a matemática não necessitam da experiência para formular suas proposições, uma vez que estas não têm condições de verdade e se referem especificamente à forma do mundo e da linguagem, então o empirismo é uma tanto descreditado, já que nem todo o conhecimento advém da experiência (Cf. _____, 2004, p. 127-134).

Passemos agora a uma das mais interessantes consequências, embora a tese de Wittgenstein sobre a Ética pode ser concebida não como uma consequência, mas como um ponto de partida⁴².

4.2 Ética

⁴² Embora a Ética, a Estética e a Religião sejam postas no lado mais fraco da linguagem, isto é, além dos limites da linguagem factual, o próprio Wittgenstein, numa carta a L. Ficker, afirma o seguinte do Tractatus: “O ponto do livro é ético... Meu trabalho se consiste de duas partes: uma apresentada aqui mais tudo aquilo que não escrevi. E é precisamente essa segunda que é a importante. Meu livro delinea os limites da esfera do ético de dentro, por assim dizer – isto é, de dentro da linguagem factual”. No original, em inglês, o trecho está como se segue: “The book’s point is an ethical one... My work consists of two parts: the one presented here plus all that I have *not* written. And it is precisely this second part that is the important one. My book draws limits to the sphere of the ethical from the inside, as it were – that is, from inside factual language” (PEARS, 2003, p. 815).

Como viemos nos referindo desde o início, nos 535 aforismos do *Tractatus*, Wittgenstein procura, analisando a natureza representativa da linguagem – considerada como instrumento de expressão do pensamento e, portanto, o meio de conhecimento do mundo –, delimitar o que podemos, significativamente, falar acerca do mundo. Em outras palavras, Wittgenstein procura indicar onde estaria a linha de separação entre aquilo que os seres humanos, com sua capacidade lógica-linguística, podem falar corretamente e aquilo que não podem falar, mas somente mostrar. A ética é uma dessas coisas: ela não se deixa exprimir⁴³.

Não obstante, embora devamos nos calar sobre o que não podemos falar⁴⁴, tal dever só possui força porque qualquer discurso sobre esta coisa indizível, logicamente, será uma mera aproximação falha, quiçá um fracasso total. Como diz SANTOS (2008, p. 102), “[o] intuito do *Tractatus* como livro crítico não é, pois, dissolver o conceito de filosofia, mas resguardá-lo”. Por isso, a crítica feita por Wittgenstein à ética tradicional não deve ser entendida como uma negação de qualquer possibilidade do elemento ético na vida humana, mas exclusivamente a negação da ética no domínio da linguagem figurativa. Pois, ao cercear as linguagens naturais e delimitar a sintaxe lógica da linguagem, Wittgenstein acaba por deslocar a ética ao âmbito transcendental, isto é, que não está no mundo, mas é sua condição.

A análise lógica feita sobre a capacidade representativa da linguagem leva Wittgenstein à concepção de que, na representação ideal, a linguagem (ideal, não natural) e o mundo devem manter algo de idêntico entre si. A sintaxe lógica e o espaço lógico compartilham uma forma lógica. Desse modo, a linguagem ideal e o mundo pensável não somente se relacionam, mas, de fato, identificam-se: porque uma proposição significativa, nessa situação, possui a mesma forma de determinado fato, ela é considerada a sua figuração. Ou seja, a proposição significativa é imagem ou figura (*Bild*) do mundo. Essa relação da proposição com a forma lógica, todavia, não pode ser expressa, isto é, “[n]enhuma proposição pode dizer que uma proposição diz o que diz”, pois essa metalinguagem é, dentro do *Tractatus*, como uma metafísica, um ir além dos limites do mundo e dizer como este se relaciona com a linguagem.

Nesse sentido, tudo o que pode ser expresso na linguagem deve, necessariamente, poder compor um fato. Em outras palavras, deve poder estar no mundo, relacionando-se com

⁴³ 6.421 “É claro que a ética não se deixa exprimir.
A ética é transcendental.
(Ética e estética são uma só.)”

⁴⁴ 7 Sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar.

outros objetos⁴⁵. Consequentemente, aquilo que não cumprir tal condição, não pode ser expresso. Aquilo que não ocorrer no mundo, isto é, que não é imanente, estará necessariamente no âmbito transcendente? Depende. Wittgenstein fala da lógica, do sujeito e da ética como transcendentais, mas de maneiras diversas. Se as proposições lógicas podem permanecer existindo, porque são “sem sentido” (*sinnlos*) – na perspectiva de que não precisam de um, podendo existir vazias dele – e não “contrassensos, as proposições sobre o sujeito ou sobre a ética não. Daí Wittgenstein afirmar que a ética não se deixa exprimir.

Ora, a ética se preocupa com o valor absoluto. Mas, “se algo tem valor, não o tem no mundo” (_____, 2008, p. 107), pois neste não há senão acaso. Além disso, se o valor de uma ação for determinado pelo valor de sua consequência, então julgar se uma ação é boa ou má se torna ou trivial, se houver uma causalidade necessária entre a ação e a consequência (num sentido metafísico), ou impossível, se não houver tal causalidade. Para Wittgenstein, fatos e vontade ética são independentes entre si: “O mundo é independente de minha vontade” (6.373).

O sujeito, no *Tractatus*, é considerado como seu próprio mundo, o ponto coordenador de sua própria realidade. Todavia, defende Wittgenstein que, embora a realidade esteja coordenada ao eu, ele, pelo fato deste não participar do mundo, é como o “ponto sem extensão”⁴⁶, deixando, portanto, apenas a realidade. Daí o filósofo afirmar que este solipsismo “coincide com o puro realismo”. O eu é, pois, o sustentáculo transcendental do mundo (Cf. _____, 2008, p. 106).

O que passa a ser levado em conta não são os fatos do mundo, para a ética, mas a existência do mundo como realidade, e o sentimento de tal totalidade, chamada por Wittgenstein de “sentimento místico”⁴⁷. A vontade precisa da existência do mundo, e a experiência da substância dessa é a experiência ética. Portanto, não se fala sobre fatos do mundo, mas se sente a própria substância do mundo enquanto totalidade limitada: “O que se mostra no sentimento místico é a face ética do que se mostra na lógica da linguagem” (_____, 2008, p. 111).

A saída do domínio da linguagem figurativa, ou seja, daquilo que pode ser dito, não é a destruição da ética, mas somente a negação de que o dizer ético constituirá uma fala

⁴⁵ 2 “O que é o caso, o fato, é a existência de estados de coisas.”

2.01 “O estado de coisas é uma ligação de objetos (coisas).”

2.011 “É essencial para a coisa poder ser parte constituinte de um estado de coisas.”

⁴⁶ 5.64 “Aqui se vê que o solipsismo, levado às últimas consequências, coincide com o puro realismo. O eu do solipsismo reduz-se a um ponto sem extensão e resta a realidade coordenada a ele.”

⁴⁷ 6.45 “A intuição do mundo *sub specie aeterni* é sua intuição como totalidade – limitada. O sentimento do mundo como totalidade limitada é o sentimento místico.”

significativa. De tal modo, o elemento ético ainda pulsa na vida humana, e se apresenta justamente como algo a ser sentido, e não a ser dito. Por sua preocupação com o valor absoluto, que somente se encontra no âmbito transcendental, a ética precisa lidar com o mundo não em relação aos seus elementos, isto é, os fatos, mas o tomando como um todo limitado. Daí a experiência ética ser o sentimento da substância do mundo, isto é, sentir a digamos existência total dele, e não focar simplesmente na existência de determinada coisa, na consequência de certo ato ou no valor das ações humanas, mas no valor absoluto da ligação intrínseca entre vida e mundo.

4.3 Metafísica e sujeito

As consequências do conceito de linguagem para a metafísica são, suponho, as mais mortais. O que se dirá aqui, resumidamente, é por que a metafísica tradicional não é, simplesmente, possível. Por fim, falar-se-á um pouco sobre a situação do sujeito, que para Wittgenstein é transcendental, e possibilita, concomitantemente, um solipsismo e um realismo puro – ou, se pudermos usar tal oxímoro, um solipsismo realista.

Assim como aconteceu com a ética, as proposições ditas da metafísica são, para Wittgenstein, impossíveis. Elas não falam algo que pode ser fato, não têm condições de verdade, nem afirmam algo necessário logicamente. No fundo, são proposições que aparentam ser factuais, e, portanto, significativas, mas não cumprem com os requisitos fundamentais que uma proposição factual deve cumprir, isto é, se referir a um fato possível. Como as proposições metafísicas não cumprem essa necessidade, acabam não tendo qualquer sentido. São, enfim, contrassenso.

Se compreendermos que o real objetivo do *Tractatus* era “[...] mostrar qual é a lógica de nossa linguagem e assim dissolver” (SCHMITZ, 2004, p. 47) os falsos problemas da filosofia, então podemos supor que a metafísica foi o principal alvo. São falsos justamente porque não passam de equívocos quanto aos limites da linguagem significativa: ao quererem dizer o que não pode ser dito significativamente, os filósofos se perdem em extrapolações absurdas em suas linguagens. Não há respostas reais para falsas problemas: como responder à pergunta “o mundo teve um primeiro começo?” Ainda que gramaticalmente perfeita e que possamos supor o que ela quer dizer, ela, para Wittgenstein, nada nos diz. A física não pode estabelecer suas condições de verdade, embora a religião e a metafísica possam tentar. Muitas perguntas da Metafísica foram, no período moderno da Filosofia, reconhecidas pelas ciências como irrespondíveis, uma vez que extrapolavam demais a experiência. As capacidades do

conhecimento racional do ser humano vêm sendo, desde o início da Idade Moderna, podadas até não mais quererem ir além da experiência. Wittgenstein, nesse sentido, está emparelhado com Hume e Kant, por exemplo, porém sua crítica à Metafísica não ocorre simplesmente porque esta vai além dos limites da experiência, mas, principalmente, porque suas proposições não têm qualquer sentido, ou seja, porque a Metafísica quer ir além dos limites da linguagem significativa. *As proposições metafísicas não são simplesmente injustificáveis, já que extrapolam a experiência, mas são incompreensíveis, pois não dizem nada.*

É, sem dúvida, uma crítica radical afirmar que as proposições da metafísica não têm sequer sentido, que são pseudoproposições.

A lógica, em certo sentido, toma o lugar da metafísica. Tradicionalmente, a metafísica buscou quais eram as naturezas últimas ou mais essenciais das coisas, do próprio mundo, de Deus, da Alma humana, etc. Todavia, por vários motivos, dizer estas coisas é impossível, para Wittgenstein. Como só pode ter sentido a proposição que se refere a um fato do mundo, isto é, que ocorre ou pode ocorrer *no* mundo, nenhuma proposição que se refira a um fato que, em tese, ocorre *além do* mundo pode ter sentido. Ora, a existência ou não de Deus, a imortalidade da alma, e até mesmo a existência desta, não ocorrem, por excelência, *no* mundo. Pois, enquanto a imortalidade da alma somente ocorreria após a morte de alguém, portanto após a vida no mundo, a existência de Deus, se tal entidade existir, só poderia ocorrer num domínio que extrapolasse o mundo, portanto além do mundo⁴⁸. Nesse sentido, a linguagem significativa proposta por Wittgenstein se cala diante destes (pseudos) problemas metafísicos.

Não há, ademais, um fundo essencial das coisas, como cria a metafísica tradicional, mas essa essência é aquilo que a linguagem e a realidade compartilham, aquilo que aparece na forma e no sentido das proposições elementares. Isto não aparece ao nível dos sinais, mas tem que ser escavado. Por isso, o empreendimento filosófico, no *Tractatus*, deve ser a análise lógica das proposições empíricas. Ora, se a essência do mundo é a forma comum entre realidade empírica e linguagem, então o conhecimento dela não carece de um caminhar até um estado transcendente, mas de uma forma de linguagem ideal, onde o isomorfismo na relação mundo-linguagem possa ser mostrado. E isso se faz por meio da Lógica, não da Metafísica. Nesse sentido, a metafísica tradicional dá lugar à lógica e à linguagem figurativa,

⁴⁸ 6.4312 “A imortalidade temporal da alma humana – ou seja, sua sobrevivência eterna ainda após a morte – não apenas não está de modo algum assegurada, mas, acima de tudo, essa suposição absolutamente não se presta ao que com ela sempre se pretendeu. Pois há enigma que se resolva por obra de minha sobrevivência eterna? Pois não é essa vida eterna tão enigmática quanto a vida presente? A solução do enigma da vida no espaço e no tempo está *fora* do espaço e do tempo.

(Não são problemas da ciência natural o que se trata de solucionar.)”

6.432 “*Como* seja o mundo, é completamente indiferente para o Altíssimo. Deus não se revela *no* mundo.”

e o dizer dá lugar ao mostrar. Não à toa os positivistas lógicos se basearam muito no *Tractatus*, pois viam neste um empirismo lógico, e uma negação da metafísica. Resumidamente, para o Wittgenstein do *Tractatus*, o que a metafísica procurava dizer somente a lógica pode mostrar.

Com efeito, a lógica lida, para Wittgenstein, com o que é essencial do mundo, isto é, a forma lógica. Mas ela não diz nada, apenas mostra. No fim do *Tractatus*, Wittgenstein afirma que o que não pode ser dito, o inefável, deve ser mostrado, e que o inefável é o Místico⁴⁹. O *Tractatus* tem, inegavelmente, grande base lógica, mas também grande base mística – principalmente visto pelo ascetismo linguístico que defende. E um ponto de interseção entre a lógica e a mística da obra é expressa nos aforismos sobre o solipsismo (Cf. GLOCK, 1998, p. 338). Pretendemos, a seguir, explicar como o solipsismo no *Tractatus* é também um puro realismo.

No aforismo 5.6, lemos a famosa proposição de Wittgenstein que resume um pouco a ideia de seu solipsismo: “*Os limites de minha linguagem significam os limites de meu mundo*”. Mas há também esclarecimentos nos aforismos seguintes⁵⁰. Nestes, compreendemos

⁴⁹ 6.522 “Há por certo o inefável. Isso se *mostra*, é o Místico.”

⁵⁰ 5.61 “A lógica preenche o mundo; os limites do mundo são também seus limites.

Na lógica, portanto, não podemos dizer: há no mundo isso e isso, aquilo não.

Isso aparentemente pressuporia que excluímos certas possibilidades, o que não pode ser o caso, pois, do contrário, a lógica deveria ultrapassar os limites do mundo: como se pudesse observar esses limites também do outro lado.

O que não podemos pensar, não podemos pensar; portanto, tampouco podemos *dizer* o que não podemos pensar.”

5.62 “Essa consideração fornece a chave para se decidir a questão de saber em que medida o solipsismo é uma verdade.

O que o solipsismo *quer significar* é inteiramente correto; apenas é algo que não se pode *dizer*, mas que se mostra.

Que o mundo seja *meu* mundo, é o que se mostra nisso: os limites *da* linguagem (a linguagem que, só ela, eu entendo) significam os limites de *meu* mundo.”

5.621 “O mundo e a vida são um só.”

5.63 “Eu sou meu mundo. (O microsocosmos.)”

5.631 “O sujeito que pensa, representa, não existe.

Se eu escrevesse um livro *O Mundo tal como o Encontro*, nele teria que incluir também um relato sobre meu corpo, e dizer quais membros se submetem à minha vontade e quais não, etc. – este é bem um método para isolar o sujeito, ou melhor, para mostrar que, num sentido importante, não há sujeito algum: só dele *não* se poderia falar neste livro.”

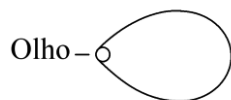
5.632 “O sujeito não pertence ao mundo, mas é um limite do mundo.”

5.633 “Onde *no* mundo se há de notar um sujeito metafísico?

Você diz que tudo se passa aqui como no caso do olho e do campo visual. Mas o olho você realmente *não* vê.

E nada *no campo visual* permite concluir que é visto a partir de um olho.”

5.6331 “Pois o campo visual não tem uma forma como esta:



5.634 “Isso está ligado a não ser nenhuma parte de nossa experiência também *a priori*.”

que, para Wittgenstein, o solipsismo é verdadeiro, mas peca por tentar dizer o que só pode ser mostrado. O sujeito que percebe o mundo não está *no* mundo. Esse sujeito, que é metafísico, não se manifesta, pois, no mundo. O sujeito que experimenta não pode experimentar a si mesmo, tal qual o olho não pode olhar a si mesmo, pois ele mesmo não faz parte de seu campo visual. Como nada de nossa experiência é *a priori*, e, portanto, as coisas do mundo poderiam ser totalmente diferentes, o nosso modo de conhecer (solipsista) é também uma aceitação que nós não modificamos *a priori*, de modo algum, o mundo conhecido. Por isso, o mundo independe de nós. Ou, como diz Wittgenstein, o solipsismo mais radical é um realismo puro. Neste, o eu não passa de um ponto de vista ao qual todas as coisas convergem, mas que não tem poder de alteração nesse mundo e que não possui sequer extensão. Esse é o eu filosófico, e não o sujeito compreendido psicologicamente. Esse eu não é corpo, nem alma, nem homem, mas o limite do mundo. Nesse sentido, o mundo é meu mundo, e eu sou meu mundo.

Procuramos, no parágrafo acima, resumir tudo o que Wittgenstein fala sobre o seu solipsismo. O solipsismo – “[...] só existe um sujeito, eu, e tudo aquilo cuja essência é ser conteúdo de suas representações [...]” (SANTOS, 2008, p. 103) – é contraditório, embora o que ele queira dizer é correto (Cf. _____, 2008, p. 103). Ele é contraditório porque a proposição em que afirma que o espaço lógico está configurado ao sujeito deve ser bipolar, o que, a um só tempo, significa que, se o espaço lógico realmente estiver configurado desse modo, é porque é a efetivação de uma possibilidade, e que, por estar baseado numa bipolaridade, a outra possibilidade podia também ocorrer. Ou seja, afirma-se que, para o espaço lógico ser recluso a um único sujeito, deve haver um outro espaço lógico subjacente e maior, o que contradiz a proposição solipsista.

Mas ele também é correto porque fala sobre a ligação entre o pensamento e o mundo. A igualdade entre o existente e o pensável – decorrente dos limites que a sintaxe lógica da linguagem impõe ao pensamento, o que, porque sintaxe lógica e espaço lógico têm uma mesma forma essencial comum, significa que linguagem, pensamento e mundo estão cerceados dentro da mesma área –, isto é, dizer que o existente deve poder ser pensável ou que é necessário ao mundo poder ser pensado, é, afinal, algo que corrobora com o solipsismo.

Portanto, o mundo pode e deve ser pensado, pode e deve ser dito, mas esta igualdade entre aquilo que é existente e o que é dizível se dá com *a* linguagem. Como só há uma sintaxe

Tudo que vemos poderia também ser diferente.
Tudo que podemos em geral descrever poderia também ser diferente.
Não há uma ordem *a priori* das coisas.”

lógica, que mantém uma isomorfia com o espaço lógico, só ela é a linguagem: todas as linguagens são, em certo sentido, materializações dessa linguagem.

Para se compreender que os limites de minha linguagem são os limites de meu mundo é preciso compreender que somente a linguagem, a sintaxe lógica, é a minha linguagem. Pois só posso compreender a minha própria linguagem. Primeiro, a projeção (que torna sinal proposicional em símbolo proposicional) não é um fato. Se o fosse, seria a “[...] existência de uma relação entre a proposição e os objetos nela nomeados” (_____, 2008, p. 104), o que acarreta, finalmente, que seria possível, por meio duma proposição, dizer o que uma proposição diz. A linguagem seria delimitada, de fora, por meio dela mesma, o que é um absurdo. Por conta disso, a única linguagem que realmente compreendo é a minha. Somente é possível, pois, mostrar, e não dizer, o que institui uma proposição como tal. Para entender o que outrem me diz, eu preciso tornar minha a sua linguagem, projetando eu mesmo o que o outro pretende projetar por meio de sua linguagem. Somente assim posso entender a linguagem do outro, isto é, tornando minha.

De toda forma, “[a] linguagem é minha linguagem, a única que eu entendo” (_____, 2008, p. 104). A consequência é que o mundo também é meu mundo. O solipsismo é consequência, pois, desse idealismo. Para se conhecer esse solipsismo, porém, não se pode dizê-lo, mas vê-lo em ato: o sujeito se vê como ponto de convergência dos objetos de sua representação. Têm-se, pois, uma consciência do ato de representação do mundo durante o ato de representar – algo similar à “apercepção” de Kant. Eu passo, então, a ter consciência de que o mundo é meu mundo. Somente pelo conhecimento do mundo é possível perceber o eu ao qual o meu mundo converge. “O eu é essa propriedade interna do mundo: eu sou meu mundo” (_____, 2008, p. 105). Também não se pode nunca dizer tudo o que é o meu mundo, pois “[...] sobra um resíduo, sua essência, que apenas se mostra. Esse resíduo não objetivável, que Wittgenstein chama de vida, coincide com a acessibilidade do mundo e nele está tudo o que torna o mundo meu mundo. O mundo e a vida são um só” (_____, 2008, p. 106). Por tais características, deve-se dizer que o sujeito filosófico no *Tractatus* não está nem no mundo, nem fora dele, mas é sua condição. Ele é, pois, transcendental, não imanente nem transcendente (Cf. _____, 2008, p. 103-106).

Por fim, ao mesmo tempo em que o mundo é meu mundo (idealismo, portanto), ele é absolutamente independente (realismo, portanto). A projeção subjetiva do mundo – “[p]or ser única, dispensar um portador e consistir numa propriedade interna que permeia o espaço lógico” (_____, 2008, p. 106) – não é própria do mundo, não sendo, por conseguinte, uma condição para sua existência. Daí o solipsismo ser um realismo.

Enfim, esses apontamentos sobre o solipsismo e a metafísica são mais algumas consequências da concepção de linguagem que Wittgenstein defende no *Tractatus*. Apresentaremos a seguir uma inquietação nossa quanto à temática realismo e idealismo.

Creio que a relação entre o mundo, o pensamento e a linguagem, no *Tractatus*, possa ser logicamente expressa do seguinte modo:

1. $\Box xEx \leftrightarrow Dx$
 2. $\Box xPx \leftrightarrow Dx$
-
3. $\Box xEx \leftrightarrow Px$

onde “Dx”, “Px” e “Ex” significam, respectivamente, “x pode ser dito”, “x pode ser pensado” e “x pode existir”. Segundo o argumento lógico proposto acima, tudo o que pode existir deve também poder ser pensado e ser dito. Ou seja, nada que de fato compõe a realidade do mundo poderia escapar ao alcance da linguagem e do pensamento. Se alguma coisa não pode ser dita nem pensada, então é porque ela não pode existir de modo algum.

Mas, conforme o aforismo 6.522, onde se diz que *existe o indizível*, temos: $\neg \Box xEx \leftrightarrow Dx$, isto é, nem tudo o que existe pode ser dito. Do silogismo acima, podemos retirar uma conclusão contrária, isto é, $\neg \Box xEx \leftrightarrow Px$, que diz que nem tudo o que existe pode ser pensado.

Por isso, parece haver uma situação paradoxal entre o idealismo e o realismo em Wittgenstein. Se Wittgenstein defende $\Box xEx \leftrightarrow Px$, então ele é mais idealista. Mas, e o Místico no fim do *Tractatus*? Se defende $\neg \Box xEx \leftrightarrow Px$, então ele é mais realista. Mas, e o solipsismo? Talvez seja por isso que quando fala do solipsismo defende que ele é, ao mesmo tempo, um idealismo e um realismo.

4.4 Ontologia

Uma das teses do *Tractatus* é a que afirma que revelar a forma lógica sob a forma gramatical é a tarefa do filósofo e do lógico. Por exemplo, usamos em nossa linguagem natural o verbo ser indiscriminadamente, mas, logicamente, Wittgenstein delimita quatro diferentes usos: *inclusão* ($\Box x(Fx \rightarrow (Gx))$), *pertença* (Fa), *identidade* ($a = b$) e *existência* ($\exists xFx$). Nessa busca de explicitar a forma lógica, pode-se explicitar o sentido de um enunciado, uma vez que este é suas condições de verdade: “[...] o enunciado mostra seu

sentido quer através das relações entre nomes e objetos quer mediante a sua forma lógica, aquilo que possui em comum com a realidade, a forma do estado de coisas representado” (PENCO, 2006, p. 78).

Da concepção de linguagem que possui, Wittgenstein acaba formulando uma ontologia própria. Para compreendê-la, deve-se dizer que entre os estados de coisas possíveis somente alguns “subsistem”. Os estados de coisas que subsistem são os “fatos”, aos quais se referem as proposições verdadeiras. Na base disso está a teoria pictórica da proposição, pela qual “[u]ma concatenação de nomes é a imagem de um estado de coisas” (_____, 2006, p. 78). A ontologia de Wittgenstein vai afirmar logo no início do *Tractatus*⁵¹ que o mundo é o conjunto dos fatos, e não simplesmente das coisas. As coisas, por si sós, não podem ser o mundo, embora sejam sua substância. Pois, é por conta da modificação de um estado de coisas que se muda o mundo, e não por conta das coisas, que são sempre as mesmas, só mudando de interrelações. Essas interrelações são justamente o que chamamos de fatos e que uma proposição significativa representa. Por essas modificações nos fatos que constituem o mundo, o mundo atual é apenas um entre vários mundos possíveis, um conjunto de estados de coisas efetivo dentre inúmeros possíveis (Cf. _____, 2006, p. 77-79).

O aforismo 1.1, no qual se afirma que o mundo é a totalidade dos fatos, não das coisas deve ser interpretado a partir da noção da pluralidade de mundos, que Wittgenstein nutre no *Tractatus*. Caso contrário, pensar-se-ia que ele defende uma imaterialidade do mundo. Ora, as coisas são as mesmas, e sua totalidade, portanto, não varia por si só. Contudo, a disposição, a concatenação ou a configuração entre as coisas, essa sim, muda. Para Wittgenstein, uma configuração X das coisas tem como consequência um mundo X. Uma configuração Y, um mundo Y. Configuração Z, mundo Z. Por isso, é a totalidade dos fatos que determina o mundo, não das coisas (embora estas sempre estejam lá). “O mundo é uma circunscrição no espaço lógico, uma entre muitas possíveis. [...] A totalidade dos objetos é a substância do mundo, deste e de todos os mundos possíveis. Dada essa totalidade, não fica, pois, determinado este mundo. Ele é a totalidade dos fatos, não das coisas” (SANTOS, 2008, p. 79).

⁵¹ 1 “O mundo é tudo que é o caso.”

1.1 “O mundo é a totalidade dos fatos, não das coisas.”

1.11 “O mundo é determinado pelos fatos, e por serem *todos* os fatos.”

1.12 “Pois a totalidade dos fatos determina o que é o caso e também tudo que não é o caso.”

1.13 “Os fatos no espaço lógico são o mundo.”

1.2 “O mundo resolve-se em fatos.”

1.21 “Algo pode ser o caso ou não ser o caso e tudo o mais permanecer na mesma.”

Retirar uma ontologia da lógica não é especificidade de Wittgenstein. De fato, pode-se dizer que a primeira sistematização da ciência da lógica, com Aristóteles, produziu também uma ontologia própria – como já comentamos no Capítulo I. Acredito ocorrer o mesmo com Wittgenstein. E, do mesmo modo que a ontologia de Aristóteles tem certas consequências problemáticas, como o tipo de existência dos universais, a ontologia de Wittgenstein também o tem: “[...] os aforismos 1 – 2.063⁵² são consequências ontológicas da conjunção dessa concepção da natureza das proposições elementares com a tese da figuratividade da proposição – definem as condições ontológicas de possibilidade da representação proposicional. Eles respondem à questão: o que pode ser um mundo permeável à representação proposicional?” (_____, 2008, p. 78). Em outras palavras, a ontologia do *Tractatus* é uma consequência da teoria da linguagem defendida na obra.

Através da lógica, isto é, da estrutura semântica, da estrutura lógica essencial da figuração, estabelece-se a impossibilidade de certas articulações. Quando determinada articulação representada numa figuração é impossível, então tal proposição não tem sentido. Esta impossibilidade não é estabelecida por alguma ontologia fundamental e independente da linguagem, mas pela própria estrutura lógica-semântica da proposição. Ou seja, é da estrutura lógica da linguagem que, em tese, se delimitaria o que pode ou não *existir*.

Coisas complexas podem ser descritas, enquanto coisas simples, somente nomeadas. Mas, um objeto complexo é representado por um elemento da figuração complexo? Em tese, é preciso que os elementos simples de um objeto do fato e de seu correspondente na figura existam. Do contrário, como saberíamos que este é representação exata daquele? Por princípio, a figura pode ser analisada até chegarmos em seus elementos simples, do mesmo modo que a análise pode chegar aos objetos simples. Todavia, ainda que tais objetos simples sejam pressupostos para a possibilidade da figuração, não devemos averiguar se existem tais objetos, nem o que eles sejam: devem ser tomados como pressupostos.

⁵² Indicaremos abaixo alguns dos aforismos mais importantes desses referidos acima:

- 2.026 “Só havendo objetos pode haver uma forma fixa do mundo.”
- 2.027 “O fixo, o subsistente e o objeto são um só.”
- 2.0271 “O objeto é o fixo, subsistente; a configuração é o variável, instável.”
- 2.0272 “A configuração dos objetos constitui o estado de coisas.”
- 2.04 “A totalidade dos estados existentes de coisas é o mundo.”
- 2.05 “A totalidade dos estados existentes de coisas também determina que estados de coisas não existem.”
- 2.06 “A existência e inexistência de estados de coisas é a realidade.
(À existência de estados de coisas, chamamos também um fato positivo; à inexistência, um fato negativo.)”
- 2.061 “Os estados de coisas são independentes uns dos outros.”
- 2.062 “Da existência ou inexistência de um estado de coisas não se pode concluir a existência ou inexistência de um outro.”
- 2.063 “A realidade total é o mundo.”

A figuratividade da figura, pois, tem como condição a possibilidade de análise dela até serem expostos seus elementos simples. Uma figura elementar pode ser diretamente comparada à realidade, e sua verdade ou falsidade depende apenas da existência do estado de coisas que ela diz ser o caso (Cf. SCHMITZ, 2004, p. 92-94). Os objetos simples são, diz Wittgenstein, a substância inalterável do mundo (Cf. 2.021).

Em outras palavras, uma consequência ontológica da concepção lógica de linguagem mantida por Wittgenstein é a necessidade da existência dos objetos simples. Porque a possibilidade de uma proposição elementar não é dependente dos valores de verdade de outras proposições, obviamente, mas da “[...] possibilidade de um entrelaçamento real de objetos, da existência de uma concatenação de objetos” (SANTOS, 2008. p. 77), ou seja, porque tal possibilidade está diretamente ligada ao nível ontológico, uma consequência radical decorrente é a existência de objetos simples: no espaço lógico, as proposições elementares devem se ligar aos objetos simples (e não aos complexos), tendo, portanto, sua possibilidade determinada por eles. A radicalidade “explosiva” ocorre porque deveriam existir, então, objetos simples.

Na verdade, não podem existir os objetos complexos. Pois “[...] se um símbolo que pretende nomear um complexo ocorre[r] numa proposição, esta não é elementar nem completamente analisada” (_____, 2008, p. 78). Não deve haver uma discrepância qualitativa entre nomes e objetos (ou nomes e nomeados), isto é, um nome simples não pode nomear um objeto complexo. Pois, em suma, o nome que nomeia um objeto complexo daria abertura a uma outra condição de verdade, uma vez que a própria existência do objeto complexo seria um fato. Se um dos objetos nomeados de uma proposição elementar for complexo, então a proposição não é elementar. Para evitar tal consequência, assume-se que “não há lugar para objetos complexos no espaço lógico” (_____, 2008, p. 78). Mas, do mesmo modo que não sabemos bem o que seria um universal, não sabemos o que seria um objeto simples.

De todo modo, estes breves apontamentos sobre as consequências ontológicas no *Tractatus* não conseguem (e nem pretenderam) esgotar tudo o que se pode dizer sobre as questões ontológicas na obra aqui analisada. Porém, numa visão resumida, podemos entender o quão peculiar é essa ontologia: o mundo teria como substância os objetos simples, que, todavia, não o constituem. O que constitui o mundo é a totalidade das configurações mantidas entre esses objetos simples, isto é, é a totalidade dos fatos. Nesse sentido, ainda que os objetos sejam os mesmos, as modificações nas configurações mudam o próprio mundo. Daí podermos

dizer que no *Tractatus* defende-se uma pluralidade de mundos, no sentido de que existem tantos mundos *possíveis* quanto configurações entre as coisas do mundo.

Passemos agora à última consequência, talvez a mais lembrada posteriormente. Pois, em certo sentido, o fim do *Tractatus* ficou conhecido como o momento da morte da filosofia, ao menos num sentido que pretendo explicar a seguir.

4.5 Filosofia e o *Tractatus*

Em certo sentido, durante toda sua vida Wittgenstein manteve um interesse metafilosófico pela filosofia – ou, em outros termos, tentou entender o que era a filosofia e como ela era possível. Como espero ter mostrado bem no primeiro capítulo do presente trabalho, Wittgenstein compactua com Frege, Russell e o próprio Kant – ou melhor dizendo, ele se insere nas tradições lógica e crítica –, defendendo que a filosofia deve ser uma crítica da linguagem, no sentido de delimitar o que pode ter sentido e o que não pode. É com esse intuito que ele olha a história da filosofia e a crítica. Não no sentido de que ele argumenta especificamente contra as afirmações filosóficas de determinados filósofos, mas, num sentido metafilosófico, Wittgenstein critica a própria possibilidade de proposições filosóficas e, conseqüentemente, da filosofia como um conhecimento. Além disso, sob o estandarte de que a filosofia é crítica da linguagem há uma outra crítica metafilosófica: os filósofos, tradicionalmente, não entenderam a lógica da linguagem. Por isso, cometeram erros dentro delas, não notando, portanto, que quando se deparavam com um possível novo problema filosófico (principalmente dentro da metafísica) estavam na verdade enfrentando as conseqüências dessa má compreensão (Cf. GLOCK, 1998, p. 163-164).

Ora, vimos que há tipos de proposições: com sentido (da ciência, contingentes), sem sentido (da lógica, necessários) e contrassenso (da metafísica, da ética, da estética, da religião). Dentre as proposições contrassenso, estão as (pseudo) proposições filosóficas. Pois, não pode haver condições de verdade para elas, uma vez que “[...] a filosofia sempre se empenhou em revelar verdades necessárias acerca da natureza essencial do mundo” (_____, 1998, p. 164). Como, para Wittgenstein, essas coisas não podem ser ditas, então as proposições que tentam dizê-las não passam de contrassenso, de absurdos. Entretanto, não estaríamos aniquilando a filosofia dizendo que ela mesma não pode dizer nada? E, além disso, se o *Tractatus Logico-Philosophicus* é uma obra de filosofia que afirma, enfim, que não pode

haver proposições filosóficas, então como Wittgenstein pretende escapar desse paradoxo, paradoxo que ele mesmo estava ciente⁵³?

No aforismo 4.112⁵⁴, vemos que a filosofia, para ele, não pode ser um corpo de conhecimento, como a ciência, mas é, em última instância, uma atividade de esclarecimento lógicas das proposições empíricas. É por esse espírito que o *Tractatus* pode ser encontrado no ponto de interseção entre a tradição crítica e a tradição lógica. A filosofia não é doutrina, mas isso não significa que ela tenha sido aniquilada. O que Wittgenstein faz é criticar o modo de fazer filosofia dos filósofos anteriores a ele. “O que a filosofia quer dizer existe e importa apreendê-lo. Apenas não se pode apreendê-lo da maneira canhestra que prescreve a filosofia tradicional” (SANTOS, 2008, p. 101). A mudança no modo de se fazer filosofia faz com que Wittgenstein afirme que a filosofia não é uma teoria, mas uma atividade, como se pode ver no aforismo 4.112. Com efeito, aquela estrutura essencial e fundamental do mundo, se for buscada, somente o será por uma atividade que, em última instância, chamaremos de filosófica. A filosofia não é mais, pois, um corpo de conhecimento, uma doutrina, uma teoria, mas puramente uma atividade, porque a linguagem figurativa fechou as portas para ela.

As supostas proposições filosóficas (que o aforismo 4.112 afirma serem impossíveis) pecam, na análise lógica, porque a relação entre sinal e símbolo, em algum momento, se mostra precário ou inexistente. Ou seja, descobre-se que elas não dizem, realmente, o que queriam dizer, pois algum (uns) constituinte(s) seu(s) não têm referência no mundo, impossibilitando, assim, a análise de sua veracidade e a veracidade de toda a proposição enquanto função de verdade (Cf. _____, 2008, p. 101-102).

A filosofia se torna uma atividade de clarificação das proposições. Portanto, não se nega qualquer possibilidade de existência à filosofia, apenas se censura o que ela vinha fazendo de modo equívoco, isto é, dizer o que não pode ser dito. Doravante, o objetivo da filosofia é “[...] alcançar um ‘ponto de vista lógico correto’, uma compreensão daquilo que

⁵³ 6.53 “O método correto da filosofia seria propriamente este: nada dizer, senão o que se pode dizer; portanto, proposições da ciência natural – portanto, algo que nada tem a ver com filosofia; e então, sempre que alguém pretendesse dizer algo de metafísico, mostra-lhe que não conferiu significado a certos sinais em suas proposições. Esse método seria, para ele, insatisfatório – não teria a sensação de que lhe estivessemos ensinando filosofia; mas *esse* seria o único rigorosamente correto”.

⁵⁴ 6.54 “Minhas proposições elucidam dessa maneira: quem me entende acaba por reconhecê-las como contrasensos, após ter escalado através delas – por elas – para além delas. (Deve, por assim dizer, jogar fora a escada após ter subido por ela)”.

⁵⁴ 4.112 “O fim da filosofia é o esclarecimento lógico dos pensamentos.

A filosofia não é uma teoria, mas uma atividade. Uma obra filosófica consiste essencialmente em elucidações.

O resultado da filosofia não são ‘proposições filosóficas’, mas é tornar proposições claras.

Cumprir à filosofia tornar claros e delimitar precisamente os pensamentos, antes como que turvos e indistintos.”

pode ser dito (a saber, proposições empíricas) e de seus limites [; esclarecer] as proposições significativas e [demonstrar] que as proposições metafísicas violam as regras da sintaxe lógica [...]” (GLOCK, 1998, p. 164-165). Todavia, o próprio Wittgenstein ainda se utiliza de proposições filosóficas no *Tractatus*, que são, por princípio, absurdas. Por exemplo, o aforismo 6.44 “O Místico não é *como* o mundo é, mas *que* ele é”. Em tal proposição, lemos um esclarecimento do que seja o Místico, que nos diz que *o Místico é que o mundo é*. Entretanto, o sujeito da proposição, que Wittgenstein chama de “Místico”, pode ser identificado como algum objeto ou acontecimento *no mundo*? Ora, se esse aforismo citado não é uma proposição factual, as únicas que podem ser verdadeiras ou falsas e, portanto, ter sentido, e como ela também não é uma proposição lógica, não sendo, assim, necessária, então ela acaba sendo uma proposição contrassenso: não nos diz nada, pois não tem sentido. Como Wittgenstein se vê nessa situação, já que, de certo modo, podemos fazer essa mesma crítica a todos os aforismos?

Aqui faz-se necessário trazer à tona a famosa metáfora da escada, apresentada no penúltimo aforismo do *Tractatus*, e que, segundo PEARS (2003, p. 812), fora inspirada no filósofo grego céptico Sexto Empírico (c. 150-225). No aforismo 6.54, Wittgenstein afirma que os 535 aforismos da obra são contrassensos e que por isso devem ser, também, rejeitados. Mas, no fato de ele fazer esse aviso somente no fim da obra está o espírito da metáfora da escada: é somente *depois* de termos entendido o que a obra se pretendeu dizer que podemos compreender que o que ela disse não poderia ter sido dito significativamente – ou, de maneira mais clara, é só no fim do *Tractatus* que ele se confessa absurdo. Mas, ao invés de acusarmos Wittgenstein de hipocrisia, de contradição, de falta de consistência, devemos notar que o próprio Wittgenstein estava ciente desses defeitos quando escreveu a obra. Tanto é que ele mesmo se confessou culpado. Porém, a questão mais interessante aqui é notar que se no fim do *Tractatus* podemos compreender que essa obra é absurda, contrassenso, então isso significa que a *entendemos*, e nesse sentido, o objetivo da escrita de tal obra fora cumprido. Por isso, quando compreendemos que os *Tractatus* é contrassenso, diz Wittgenstein, podemos sim jogá-lo fora. E o motivo para isso é que *não precisamos mais dele*. Tal qual uma escada, que nos serve somente para subirmos a determinado ponto, podendo ser descartada depois, o *Tractatus* é, enquanto obra, um meio necessário para chegarmos a um certo ponto de compreensão, no qual vemos que esse meio possui problemas.

É claro que poderíamos lançar certas críticas a esse tipo de justificação da obra por meio de uma metáfora. Por exemplo, se subimos por um meio inconsistente, então não chegamos a lugar algum. Ou, se compreendemos o que o *Tractatus* quis dizer, então seus

aforismos não são tão contrassenso assim, e, conseqüentemente, a própria concepção de proposição significativa, que é bastante delimitada na obra, cai por terra. Pois, se entendemos o *Tractatus*, então ele é significativo, e, se o for, então o que ele disse estava errado. Em suma, são críticas à situação paradoxal.

Entretanto, se pensarmos um pouco, veremos que essa solução fora a única possível para Wittgenstein. Afinal, se ele defendia então que a filosofia não poderia produzir nenhuma proposição, mas seria apenas uma atividade, então como ele comunicaria essa descoberta às pessoas que não estivessem em seu círculo de comunicações? Nesse sentido, ele esteve na mesma situação de Sócrates, que não quis escrever e ao qual só conhecemos por meio de comentadores. A diferença é que, encarando a situação paradoxal, Wittgenstein propôs-se a dizer aquilo que não podia ter sido dito.

Ao meu ver, essa situação paradoxal é condizente com o espírito de toda a filosofia de Wittgenstein, que, em resumo, foi um anti teorético. Como se viu acima, o *Tractatus* é uma teoria que se sabe e se expressa paradoxal. Em geral, Wittgenstein foi anti teorético porque rejeitava a teorização filosófica, o que dificulta a inclusão dele na história das ideias. Mas somente a partir de 1929 que ele deixou totalmente de fazer qualquer teoria. Nesse momento, ele se dá conta que filosofia não deve tentar explicar as coisas, mas apenas descrevê-las: “Desde que a filosofia ocidental majoritariamente se concebera como uma busca por explicações no mais alto nível de generalidade, seu trabalho se inclinou para um lado da tradição” (_____, 2003, p. 812). Talvez a recusa de construção de qualquer teorização filosófica tenha o feito não publicar mais obra algum ainda em vida, e o *Tractatus*, por isso, tenha sido a única tentativa de Wittgenstein de fazer o que, para ele mesmo, não podia ser feito: dizer o que é, para o próprio Wittgenstein, indizível.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Creemos ter mostrado no presente trabalho como se pode abordar o *Tractatus Logico-Philosophicus* tomando como ponto de partida o conceito de linguagem que Wittgenstein defende, tanto a olhando como *meio* quanto como *fim*. O que dissemos sobre a obra inicial desse filósofo não esgota de maneira alguma o que se pode retirar dela, mas talvez já se dê para entender sua importância e sua peculiaridade.

O lugar de Wittgenstein e do *Tractatus* na história da filosofia é destacado por diversos motivos: pelo conceito de linguagem que defende nessa obra, Wittgenstein defende também o fim da própria filosofia *enquanto conhecimento, doutrina, teoria ou modo de explicação da realidade*. Na verdade, se o *Tractatus* estiver certo, a filosofia no máximo poderá ser uma atividade, pela qual se esclarece logicamente o sentido das proposições da ciência natural. Se ele estiver certo, a ética, a metafísica e a ciência, entre outras coisas, são profundamente alteradas, e grande parte daquilo que achávamos poder ser objeto de discussão acaba sendo afastado ao reino das coisas inefáveis.

Vimos – resumidamente – nos três Capítulos do presente trabalho o que possibilitou o *Tractatus*, como Wittgenstein estrutura seu conceito de linguagem e como tal conceito modifica algumas áreas extralinguísticas. Vimos, no Capítulo I, que Wittgenstein, dono de uma vida peculiar, direcionou alguns desenvolvimentos filosóficos de sua época (a nova lógica de Frege, o Atomismo Lógico de Russell), somados à sua própria filosofia, à questão sobre os limites do conhecimento legítimo. Ele consegue responder tal pergunta porque parte

de sua concepção de linguagem e de alguns pressupostos, sendo talvez os mais importantes deles a ideia de que linguagem e mundo compartilham a mesma forma subjacente e que o pensamento é um tipo de linguagem. Portanto, a determinação dos limites da linguagem é a determinação dos limites do mundo. Daí ele afirmar que não pretende propriamente delimitar o pensamento, mas a expressão do pensamento.

Por isso, o Capítulo II focou em como a linguagem, para Wittgenstein, está estruturada. Vimos que, por um lado, a linguagem é imagem (ou espelho) do mundo, porque, em um nível atômico, os elementos de uma proposição, isto é, os nomes simples, *estão no lugar* dos objetos simples nomeados, sendo esta ligação entre os dois o ponto em que linguagem e mundo se tocam. Mas nomes só são nomes dentro de um contexto proposicional, e isso significa que se pressupõe outra coisa como o elo entre linguagem e mundo. Tal elo é a forma lógica. Por conta desta, proposição e fato compartilham a mesma configuração, e é em relação a uma forma lógica possível que uma proposição pode ser dita como significativa, como contrassenso ou como sem sentido. Porque ter uma forma lógica possível é poder ocorrer no mundo, de modo que, com a consciência dessa possibilidade, um leitor ou ouvinte de alguma proposição pode saber em que condições ela é verdadeira ou não. Por outro lado, as proposições atômicas, quando unidas por meio de conectivos lógicos, produzem proposições moleculares, cujos valores de verdade dependem única e exclusivamente dos valores de verdade das proposições atômicas. Vimos, nas tabelas de verdade, que essas proposições moleculares podem ter valores variantes ou determinados: no primeiro caso, serão contingentes (*ou verdadeiras ou falsas*, dependendo da situação), no segundo caso ou serão tautológicas (*sempre verdadeiras*) ou contraditórias (*sempre falsas*). Depois de explicitado que estas duas faces da linguagem (figuratividade e verifuncionalidade) estão sempre unidas e mostrando como elas se tocam, vimos que tal linguagem possui limites bem definidos. Pois, como consequência destes elementos da linguagem, torna-se claro o que pode ser dito *significativamente* e o que é preciso ser mostrado – e é com tal delineamento entre dizer e mostrar que Wittgenstein delimita a expressão *significativa* do pensamento.

Por fim, vimos no Capítulo III como esses limites rígidos afetam outras áreas do conhecimento que se utilizam da linguagem. Como é a única que se utiliza de proposições factuais possíveis, a ciência natural é a única que pode ser vista como significativa: só ela produz conhecimento do mundo. Embora pareça ter privilégio no *Tractatus*, a ciência, na verdade, é também limitada, porque Wittgenstein de modo algum toma o conhecimento científico como suficiente para descrever completamente o mundo, do mesmo jeito que não considera que a ciência possa se dedicar às questões mais importantes da vida. De fato, ela

pode ser vista como meio *contingente* ou *arbitrário* de explicação do mundo (como vimos no símile da mancha preta sobre fundo branco).

A metafísica e a ética, por não se utilizarmos de proposições factuais possíveis, não são significativas. Ou seja, extrapolam o limite entre o dizível e o indizível. Afinal, não podemos nos referir a Deus, à alma, à vida eterna, à imortalidade, aos valores e ao sentido do mundo como se estivessem *no* mundo. Se tais coisas existem, então devem estar *fora* do mundo, e nada fora dele pode ser dito – talvez possamos ter outras relações com tais coisas, como o sentimento místico, mas de modo algum elas podem ser ditas. Portanto, tudo o que é, por princípio, extramundano é extralinguístico. Ora, o próprio sujeito (o “eu metafísico”) não está *no* mundo, ainda que pareça. Esse eu é o ponto ao qual convergem todas as coisas que compõem o seu mundo. Daí Wittgenstein afirmar que o mundo é *meu* mundo e se estende apenas aonde *minha* linguagem se estende. Tal solipsismo, todavia, é igualado por ele a um realismo puro, uma vez que, como ponto coordenador, o sujeito é também um ponto sem extensão, e que em nada modifica o mundo. Vimos também que toda essa ligação entre linguagem e mundo produz uma ontologia do *Tractatus*, na qual o mundo é, em resumo, a totalidade dos fatos, e não das coisas. Se ao nível atômico uma proposição e um fato compartilham a mesma forma lógica (fazendo com que os nomes e os objetos nomeados sejam uma só coisa e que possamos pensá-los de uma mesma maneira), se nos guiarmos ao nível mais molecular possível, poderemos observar que, se proposição e fato são uma só coisa, e se a linguagem é composta de proposições, então o mundo é composto de fatos. O mundo não seria a totalidade das coisas porque o que determina o mundo não são as coisas puramente, mas as suas configurações internas, isto é, as suas relações entre si, e cada configuração interna produz um fato diferente. Consequentemente, fatos diferentes produzem mundos diferentes, enquanto a totalidade das coisas (ou dos objetos simples) seria sempre a mesma.

Por fim, vimos que, tal qual outras áreas, a filosofia não pode produzir proposições significativas: ela está sempre falando daquilo de que não se pode falar. Wittgenstein, todavia, não aniquila a filosofia, mas pretende apenas acusar o que ela, segundo ele, tem ilegalmente tentado fazer, desde seu início. Se somente a ciência pode ter proposições significativas, a tarefa da filosofia passa a ser o esclarecimento lógico delas, apontando se elas estão respeitando seus limites ou não. Por isso, a filosofia deixa de ser um corpo de conhecimento e passa a ser uma *atividade*. Essa proposta, se aceita, colocaria em xeque o próprio *Tractatus*. Ora, não se pode falar, por exemplo, das formas lógicas, mas o *Tractatus* fala delas exaustivamente. Consequentemente, se o *Tractatus* estiver certo, então não pode ser levado a

sério. Todavia, se não for levado a sério, então não pode ser considerado nem certo nem errado. Antes de ser a prova de sua falha, essa contradição é conhecida por Wittgenstein, que a iguala ao ato de subir uma escada impossível. O *Tractatus* é, pois, uma escada que só vemos ser impossível depois de a utilizarmos para subir a um outro nível. Nesse momento, podemos descartá-la. Podemos, então, dizer que a (anti)filosofia advogada na obra condena, conscientemente, a si mesma.

Vimos, portanto, que a linguagem que afigura o mundo e a linguagem que cerceia o mundo são uma só: ao mesmo tempo em que a linguagem figurativa pode, para Wittgenstein, representar acuradamente o mundo e, desse modo, deixar claro o que pode ser dito, ela também denota aquilo que não pode ser dito e que deve ser deixado no silêncio. Ao se determinar *a priori* o que pode ser dito, Wittgenstein consegue – em tese – responder à problemática da Idade Moderna, já que delimita o que podemos dizer, o que podemos pensar e o que podemos conhecer. Todavia, a resposta não é nem um pouco animadora. Pois, em tal determinação, fica claro que podemos falar significativamente sobre poucas coisas, e que as coisas mais importantes não podem ser significativamente ditas.

Por isso, o conceito de linguagem defendido por Wittgenstein no *Tractatus*, se posso utilizar uma metáfora, é similar a uma lupa: por ela podemos dizer uma pequena parcela da realidade, enquanto todo o resto permanece ainda turvo e sob o domínio do silêncio. Como se pode ler em seus últimos aforismos, o próprio *Tractatus* se isola num silêncio – tal qual o próprio Wittgenstein.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. Da interpretação. In: **Órganon**. 2. ed. Tradução, textos adicionais e notas: Edson Bini. Bauru, SP: EDIPRO, 2010, p. 81-110.

COSTA, Carlos. **Filosofia da linguagem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GLOCK, Hans-Johann. **Dicionário Wittgenstein**. Tradução: Helena Martins. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

JANIK, Allan; TOULMIN, Stephen. **La Viena de Wittgenstein**. Tradução: Ignacio Gómez de Liaño. Madrid: Taurus, 1974.

MIGUENS, Sofia. **Filosofia da linguagem** – uma introdução. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007.

MONK, Ray. La verdad impublicable. In: **El deber de um genio**. Tradução: Damián Alou. 2. ed. Barcelona: Editorial Anagrama, 1997, p. 169-188.

MOORE, G. E. Wittgenstein's lectures in 1930-1933 (I). In: **Mind**, Oxford, v. LXIII, n. 249, p. 1-15, jan. 1954.

PEARS D. Wittgenstein. In: **The Blackwell Companion to Philosophy**. 2. ed. Oxford: Blackwell, 2003, p. 811-826.

PENCO, Carlos. **Introdução à filosofia da linguagem**. Tradução: Ephraim F. Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SANTOS, Luiz Henrique Lopes dos. A essência da proposição e a essência do mundo. In: WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Tradução: Luiz Henrique Lopes dos Santos. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, p. 11-112.

SCHMITZ, François. **Wittgenstein**. Tradução: José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Tradução: Luiz Henrique Lopes dos Santos. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.